

COMISSÃO DE HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E REFORMA URBANA

- CHDRU

16.10.2024

* * *

- Abre a reunião o Sr. Rafael Saraiva.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana, da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Queria agradecer a presença de todos os deputados presentes. Registro a presença dos Srs. Deputados Paulo Mansur, Dr. Jorge do Carmo, Rafael Saraiva, Valdomiro Lopes, Lucas Bove, Ricardo Madalena, Ediane Maria e Danilo Campetti. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, presidente. Quero pedir a dispensa da leitura da Ata anterior.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Dou por lida e aprovada a última Ata. Senhores Deputados, conforme o Art. 52-A da Constituição do Estado de São Paulo, anuncio a V. Sas. a presença aqui, do meu lado, do secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de São Paulo, Marcelo Cardinale Branco.

Ao seu lado, está o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino. Ambos irão apresentar o andamento da gestão e o desenvolvimento das suas ações, seus programas e suas metas da pasta. Acho que, para melhor andamento, eu gostaria já de deixar os senhores inscritos, enquanto o secretário e o Dr. Reinaldo Iapequino fazem a apresentação.

Pode ser assim? Com a palavra, secretário. Seja muito bem-vindo. Eu queria, já de antemão, parabenizar as ações, inclusive uma ação específica do programa Moradia

Segura, que é tão importante para os nossos agentes das forças de segurança pública. Parabéns.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Muito bom dia a todas e todos. Faço aqui um cumprimento especial ao Paulo Mansur, meu amigo deputado que está aqui hoje presente, o Dr. Jorge do Carmo também, Rafael Saraiva e Valdomiro Lopes. Quero fazer um cumprimento à Mônica Seixas, quero cumprimentar o...

É a Ediane Maria. A Ediane já esteve comigo na secretaria e já conversamos sobre habitação. Perdoe-me. Ao Simão, que chegou ali, muito obrigado pela presença. O Antônio Donato. Bom dia, Donato. Muito obrigado aí também pela presença. Ediane Maria, Lucas Bove e Ricardo Madalena aqui também, Valdomiro Lopes, os queridos Danilo Campetti. Cadê? O Danilo está aqui também. Muito obrigado a todos pela presença.

Eu queria iniciar esta reunião pela colocação feita aqui pelo presidente desse programa Moradia Segura, o qual nós lançamos há uma questão de uma semana - ou dez dias - e vai ter a função de levar realmente esses policiais... Ou melhor, levar essa moradia para os policiais, dentro de um programa em que nós vamos poder colocar essas pessoas para morar onde elas trabalham, prioritariamente.

Então hoje nós temos aqueles 4%, gravados para policiais militares e civis, de habitações, das produções da CDHU. E nós, na verdade, ampliamos esse programa para que ele possa ser feito com cartas de crédito, então... Aí não fica consignado que é necessário o aproveitamento nos conjuntos da CDHU, e sim uma ampliação bastante grande para todo o estado de São Paulo.

Fizemos aí já... Estamos começando a fazer esse levantamento na Capital, pelo centro da cidade, para que esses policiais tenham moradia no centro da cidade. Então muito obrigado pela lembrança desse programa feito pela secretaria. Queria começar aqui então... Por favor, se puder mudar ali a nossa primeira lâmina, mostrando um pouco o cenário referência para as metas e para o déficit habitacional.

Então nós estamos trabalhando hoje com uma meta de 500 mil atendimentos. Foi definida essa meta no plano de governo do governador Tarcísio. E o que é esse atendimento habitacional? O atendimento habitacional nós consideramos quando definimos essa meta no plano habitacional do plano de governo, que será todos os atendimentos que trazem melhorias de qualidade de vida e de qualidade habitacional das pessoas.

Então aqui entram, obviamente, as construções da CDHU, entram as cartas de crédito da CCA, a Carta de Crédito Associativa, e entram os benefícios que nós damos para as pessoas que precisam de um subsídio para a aquisição dos imóveis na CCI, a Carta de Crédito Imobiliário. Então são todos esses.

Entram também as melhorias feitas, por exemplo, para o programa Viver Melhor, no qual a gente faz a reforma desses imóveis, e entram também os títulos de regularização fundiária. Ou seja, é o cardápio de atendimentos feitos pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Dentro dessa meta mais ampla, nós definimos que todas aquelas que forem novas moradias serão uma meta à parte, e nossa meta de novas moradias está em 200 mil habitações.

Eu queria mostrar aqui um pouquinho onde nós estamos localizando esses investimentos. Então, a primeira demonstração é sobre as áreas de risco, vocês aqui, os senhores, acompanharam, porque nós fizemos aqui um levantamento dessas áreas de risco, já por conta... Pois não, Bove.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Secretário, desculpe-me interrompê-lo. Não é nenhuma pergunta, é uma dúvida. Se o senhor puder voltar um slide...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pois não.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Desculpe-me mesmo. Quando o senhor fala ali sobre o déficit habitacional com 952 domicílios, isso inclui... Desculpe-me mesmo, eu não entendi. Isso inclui as novas moradias, a regularização e tudo? Esse déficit se refere apenas às novas moradias mesmo ou a toda essa seara?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Não, o déficit habitacional é definido por uma série de critérios. Então, por exemplo, inadequação é, obviamente, uma necessidade habitacional. Uma sobrecarga no rendimento da família em cima de um aluguel, por exemplo, se a família gasta 40% ou 45%, mesmo que ela esteja numa unidade adequada, a gente considera como um déficit habitacional, porque ela tem uma sobrecarga.

Então todas essas necessidades somadas são o que dá esse déficit habitacional de 945 mil. Hoje, nós estamos fazendo o plano habitacional para um horizonte de dez anos para a frente, e estamos revendo esse déficit habitacional. Esse é o déficit tradicional que

nós temos acompanhado por (Inaudível.), IBGE e tal, mas inclui todas essas inadequações.

O SR. LUCAS BOVE - PL - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Perfeito.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Obrigado.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Então nós... Volte, Lucas, para a seguinte. O que nós fizemos? Nós fizemos um levantamento das áreas de risco ou dos municípios em que há mais áreas de risco - ou mais pessoas em áreas de risco - e começamos a pensar, portanto, num atendimento a essas pessoas de áreas de risco.

Então quando a gente fala, por exemplo, sobre a CCI, sobre a Carta de Crédito Imobiliário, a qual vocês todos acompanham... A gente faz um chamamento a cada três ou quatro meses e tal, porque é um imóvel lançado pelo mercado, acho que os senhores todos conhecem aqui.

São os imóveis lançados pelo mercado, para os quais a gente aporta um subsídio para o cidadão comprar aquele imóvel. Um dos critérios de definição de onde nós vamos fazer esses aportes de subsídio é exatamente o volume de áreas de risco - ou de pessoas em áreas de risco - que têm no município.

Então vou dar um exemplo simplório. Eu tenho dois municípios com a mesma densidade populacional (Inaudível.), o mesmo número de moradores, e um tem mais áreas de risco ou mais pessoas em áreas de risco. Se eu tenho um empreendimento no município A e um no município B, vai ser priorizado aquele empreendimento no município que tem o maior volume de áreas de risco.

Por quê? Porque existe aí um entendimento de que a dinamização desse mercado habitacional vá drenar essas pessoas de áreas de risco, inclusive pela diminuição do custo do aluguel nas áreas já consolidadas. Então se você fornece mais volume de habitações a baixo custo em áreas consolidadas e em empreendimentos aprovados, é natural que essas pessoas vão sair das suas casas, onde estão alugando e tal, e vão liberar essas casas para as pessoas que estão em áreas de risco.

Se você faz isso sistematicamente, você diminui os custos de aluguel e, portanto, você vai também conseguindo - custos de aluguel e de venda de outros imóveis - drenar

essas pessoas. Então, o primeiro grande foco da secretaria e da CDHU foi a gente começar a mapear e a fazer investimentos em cima de cidades onde há essas áreas de risco.

Vamos para a seguinte. Outra questão bastante ponderada na nossa definição dos investimentos para o atingimento do déficit habitacional, para o enfrentamento do déficit habitacional, foi exatamente o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Esse índice todos os senhores conhecem.

Nós cruzamos as informações desses Índices de Desenvolvimento Urbano com... De Desenvolvimento Humano, desculpem-me... Com as informações a respeito das áreas de risco, aí nós temos o que nós chamamos um pouco de fragilidade do município. Se o município tem um IDH muito baixo e tem um volume de áreas de risco muito grande, a gente também prioriza os investimentos naquele município ou naquela região.

A próxima, por favor. Aqui nós temos o quadro resumo dos atendimentos habitacionais das principais ações que foram entregues nesse período de governo, em andamento, em planejamento e em projeto. Então isso aqui é mais um pouco para a gente olhar para como a gente está enxergando o atingimento dessas metas sobre as quais eu falei na primeira exposição.

Então o total hoje de atendimentos entregues e concluídos é de 161 mil atendimentos habitacionais. De novo, voltando para aquele conceito que nós adotamos no começo para falar da meta, isso aqui está buscando aquela meta de 500 mil unidades. Em produção e em andamento, nós temos outras 141 mil também no mesmo critério, pensando em regularização fundiária, nova produção habitacional, fomento e oferecimento de cartas de crédito e subsídio.

Em licitação, contrato e convênio já com o município, temos outras 610 mil. Aqui muito forte, obviamente, a regularização fundiária, porque nós estamos assinando um contrato agora, neste momento. Em planejamento e em projeto, outras 101 mil unidades, as quais são mais concentradas na produção habitacional mesmo.

Então, nós temos aqui o quadro do que a gente pretende investir, onde a gente pretende investir e de que forma nós pretendemos atingir aquelas metas que foram citadas no começo da apresentação. Aqui, no Casa Paulista, foram entregues 36.700 unidades. O Casa Paulista hoje é o grande programa habitacional da secretaria, incluindo aí todas as ações de construção de novas unidades.

O total em andamento é de outras 109 mil unidades, também nas várias modalidades. Aqui é falando só sobre produção habitacional, não estou falando sobre

regularização fundiária para comparar com aquele quadro anterior. E outras 36.800 em produção e 72.800 aportes, ou seja, daqueles subsídios que a gente se propôs a fazer.

Aqui eu trouxe um mapa mostrando a distribuição desses investimentos no estado de São Paulo. Então, se vocês cruzarem com aqueles mapas anteriores que eu mostrei, vocês vão ver que tem uma concentração muito grande... Onde tinham áreas de risco, existe uma concentração também grande onde o IDH é mais fragilizado, mas nós temos aqui uma pulverização bastante grande dessas ações habitacionais, desses investimentos habitacionais.

O próximo. Em abril de 2024, também remetendo àquele quadro de fragilidade dos municípios, do IDH e das áreas de risco, nós fizemos uma... Criamos um critério para o investimento na produção habitacional do estado por região administrativa. Então, em abril, o governador fez a assinatura de uma autorização para a construção de algo em torno de 42 mil unidades, com essas 42 mil unidades dispostas no estado da forma como está demonstrada nessa figura.

São 37.650 unidades em 232 municípios, e mais 5.000 unidades do Vida Longa que, naquela ocasião, foram também autorizados. Então aqui está a distribuição dessas unidades, de novo, sempre seguindo os critérios de enfrentamento ao déficit habitacional, com prioridade em localizações que têm maior volume de área de risco e maior fragilidade do IDH.

O programa de produção habitacional - esse ao qual eu estou referindo das 40 mil unidades - foi feito por um termo de adesão, então nós fizemos... Como foi a forma com a qual nós atuamos com os prefeitos naquela ocasião? Nós apresentamos todo o plano habitacional, voltando a todos aqueles programas da CCI, da Carta de Crédito Associativo, da produção habitacional direta da CDHU.

Os municípios aderiram a esse plano habitacional, aí nós começamos, em cada município, a fazer uma análise do que se adequava mais àquele município. Então dentro dessas 42 mil unidades tem um município que está sendo atendido hoje, com produção direta da CDHU.

Como o prefeito atua nesse programa? Lá na secretaria nós fazemos uma análise de quais seriam as regiões do município onde seriam mais adequadas a construção das unidades habitacionais. O prefeito localiza um terreno, traz para a CDHU, nós fazemos análise desse terreno e, a partir daí, licitamos o projeto, licitamos a obra e damos continuidade à produção habitacional no município. Então é uma modalidade feita pela CDHU.

Nós temos o CCI, a carta de crédito. O mercado vai à busca desses locais, cria os empreendimentos, e nós fazemos o aporte de subsídio para aquelas pessoas, para os moradores, para os mutuários finais. Fazemos subsídio a essas pessoas, então, muitas vezes, as prefeituras trazem empreendimentos que foram protocolados ali no município.

A construtora foi lá e protocolou duas torres, quatro torres, com 500 unidades habitacionais financiadas pelo Fundo de Garantia, ela traz esse empreendimento e a gente faz o aporte para o mutuário final, nunca é para a empresa. E não é para a construtora, é para o mutuário final. Ele abre lá um credenciamento e essas pessoas vão sendo atendidas.

Então eu estou dando dois exemplos para dizer que, quando é feito esse termo de adesão ao programa habitacional, a partir daí, nós começamos a discutir com cada um dos municípios e cada um dos prefeitos sobre a forma como vai ser feito o atendimento na sua cidade. Então aqui um pouco... A fotografia das parcerias com o município. Nós temos as unidades habitacionais CDHU, temos unidades de CCI.

O seguinte é sobre o Vida Longa. O Vida Longa... Acredito que todos conheçam, mas é um programa feito para as pessoas de mais idade. É uma parceria com o município. Então a construção é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, pela CDHU. Nós fazemos um convênio com a prefeitura e a ela, tão logo sejam entregues essas unidades, passa a administrá-las. São unidades entregues totalmente mobiliadas, e existe aí um acompanhamento social desse programa em cada um desses empreendimentos.

Normalmente, são 28 unidades. “Normalmente” porque, às vezes, o terreno comporta um pouquinho menos e a gente faz 26 e tal, mas o normal é 28 unidades e isso é feito com cada um dos municípios. Nós entregamos 348 unidades nos anos de 2023 e 2024, temos 394 unidades em andamento e outras 1.327 autorizadas para construção.

Moradia indígena. Só um outro atendimento, enfim, muito especializado, feito unitariamente com cada uma... São definidos pela Funai. É uma parceria nossa com a Funai, com a participação do governo federal nesse aspecto, e aí nós fazemos... É um projeto especial para cada uma dessas localizações de moradia indígena.

Hoje nós atendemos as terras... Apenas fazemos atendimento em terras demarcadas, definidas, portanto, pela Funai. A Funai entra no processo e nós fazemos as unidades habitacionais. Foram feitas, até o momento, 160 unidades. Carta de Crédito Associativa, é o seguinte, sobre a CCA: aí é só uma pequena exposição sobre onde nós já começamos a trabalhar com a Carta de Crédito Associativo.

(Inaudível.) Fundo de Habitação com a CDHU, concentrado aqui na Região Metropolitana de São Paulo. Nós temos hoje um pouco mais de 17 mil unidades em

andamento. Esse é um chamamento, o mercado também constrói. São projetos idealizados e desenhados pelo mercado, seguindo as regras habitacionais, as regras da Secretaria de Habitação, em questão de localidade, em questão de tamanho das unidades e em qualidade dessas unidades.

Nós fazemos a aquisição diretamente do mercado, pagando ao longo das obras efetuadas. Aqui são fotografias de 400 unidades habitacionais, feitas através desse programa também. Casa Paulista e Carta de Crédito Imobiliário. Esse é o chamamento que nós fazemos.

Esse programa funciona da seguinte maneira. Nós fazemos um chamamento para unidades habitacionais, o mercado apresenta essas unidades, então as construtoras vêm e cadastram os seus edifícios, com basicamente duas necessidades ou duas premissas. Em primeiro lugar, o projeto tem que ser aprovado pelo município. Então para o cadastramento, o projeto tem que ser aprovado pelo município.

O segundo critério é que ele esteja já aprovado pela Caixa Econômica, com o financiamento da Caixa Econômica e do Fundo de Garantia. Então havendo o financiamento à construtora - financiado pelo Fundo de Garantia - e havendo o projeto aprovado na prefeitura, ele consegue cadastrar esses imóveis na secretaria.

Aí nós fechamos o chamamento, aplicamos todos aqueles critérios de renda, fragilidade do município, IDH e áreas de risco, e elencamos, de acordo com o orçamento que é determinado para o programa, então... Quando nós abrimos um chamamento, o governo diz: “Olhe, vai ter 150 milhões para esse chamamento, para vocês definirem quais são as unidades”.

Então, em cima dessas prioridades todas, nós elencamos quais são os empreendimentos credenciados e, a partir daí, nós fornecemos o subsídio para o cidadão. Então a construtora abre lá um plantão de venda, as pessoas manifestam o seu interesse em compra, as pessoas têm que comprovar a renda, tem que ser aprovado pela Caixa o financiamento, e nós entramos com o subsídio dessas unidades.

Esse mecanismo de subsídio baixou a renda média das pessoas atendidas por esse programa para 1,95 salários-mínimos. Então volto a dizer, essas construções são feitas pelo mercado, financiadas pela Caixa, com recursos do Fundo de Garantia, e o subsídio aplicado pela secretaria tem permitido que pessoas com média de renda de 1,95 salários-mínimos tenham comprado essas unidades.

Então demonstra aí uma eficiência muito grande do programa. E uma das demonstrações da eficiência desse programa é que ele já foi replicado em vários estados

pelo Brasil. Ele foi replicado no Paraná, foi replicado em Pernambuco, foi replicado no Rio de Janeiro e foi replicado em vários outros estados, fazendo o mesmo modelo de financiamento, de aplicação de subsídio aos mutuários, aos moradores finais desses empreendimentos. (Pausa.)

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Oi?

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Quantas unidades dessas, para a baixa renda, estão disponíveis para vocês contratarem junto às pessoas?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Nós fizemos o chamamento...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Daqui para frente, não o que passou, mas...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Aí, dependendo da... Vou explicar um pouquinho. Primeiro, é por disponibilidade orçamentária. Então, quando nós temos uma disponibilidade de cem milhões, nós temos uma previsão de gastos de 600 milhões por ano nesse programa. Então...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Esse é para a baixa renda?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Esse é para a baixa renda.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Está bem.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Para 1,95 salários-mínimos, até três salários-mínimos. O que acontece aí, deputado Valdomiro? Como esse programa é operado junto com a Caixa Econômica, muitos empreendimentos desses não conseguem vender o total de unidades para as pessoas de baixa renda.

Nós só damos esse subsídio para as pessoas de baixa renda. Então vocês vão ver que a gente credencia lá um empreendimento que tem 200 unidades. Quando eles fizeram lá o chamamento e fizeram o plantão de venda, só se apresentaram 180 pessoas das 200

que tinham essa renda abaixo de três salários-mínimos e que tinham aprovação na Caixa. Tem que ser as duas coisas em paralelo.

Então sobraram 20 unidades. Dessas 20 unidades, nós captamos de volta esse cheque e colocamos no mercado de novo, então é por isso que eu estou te falando que eu só consigo fazer esse balanço a cada três ou quatro meses. Mas a previsão é de que a gente faça aí de 25 a 30 mil unidades por ano nesse programa. Temos hoje 72 mil em produção desses cinco chamamentos que nós já fizemos até o presente momento.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - É de três salários-mínimos para baixo?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Isso.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Essas de mais baixa renda mesmo (Inaudível.). Com dois salários-mínimos de renda você não tem esse número?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - O 1,95 é a média.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - (Inaudível.) (Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - O 1,95 é... (Vozes sobrepostas.) Não, eu não tenho aqui (Inaudível.).

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - 1,95?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - É.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - 1,95.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Nós atendemos abaixo de três e tem sido a média 1,95.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - A média tem sido...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - A média das pessoas atendidas.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pode ser de um a três?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - De um a três.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Está bem. Mas é interessante para uma próxima vez você apresentar essas de mais baixa renda, que são as que mais preocupam, na verdade, a nós representantes da população de São Paulo, por conta da vulnerabilidade dessas famílias.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - É, tem razão. Mas veja que é um programa que, com um subsídio relativamente baixo, a gente consegue atingir um número grande de pessoas. Esse programa hoje consegue atender um número maior do que atende a CDHU, para uma faixa de renda bastante semelhante.

Qual é a grande diferença à qual é importante, Valdomiro, a gente estar sempre atento? É de que existe uma população em áreas de risco, uma população sem uma comprovação de renda, que não consegue ter o seu cadastro na Caixa. E aí nós temos que atender com a CDHU.

Quando a pessoa tem já uma comprovação de renda, mesmo que a renda dela tenha sido baixa - algo em torno de dois salários-mínimos - a gente tem conseguido atender com esse programa. Então isso é o que nos permitiu ampliar tanto o número de atendimentos no estado de São Paulo.

Quer dizer, nós estamos falando aqui já sobre quase 40 mil unidades entregues, mais de cem mil em produção e com um programa de mais de 200 mil. Isso não foi feito historicamente no estado, mas por conta de ter esse tempero de você atender as pessoas de acordo com aquilo que elas precisam e não 100% subsidiadas só pela CDHU. Então é isso.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - É, nós podemos. O Reinaldo está aqui lembrando, e nós temos essa informação... Como eu disse, eu não tenho aqui, mas nós temos mutuário por mutuário. Eu posso disponibilizar aqui depois para a comissão

essa informação, para vocês terem, porque é extremamente importante, realmente. Podemos até fazer isso por região administrativa do estado, para a gente ter uma...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - (Inaudível.) Mais interessante ainda.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Para a gente ter um foco, para ter uma visão mais geral desse...

O SR. REINALDO IAPEQUINO - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Não? Pegue aqui...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Secretário, peço licença, só um minuto. Gostaria de registrar a presença dos deputados Simão Pedro, Donato e Paulo Fiorilo.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Paulo Fiorilo, quem eu não tinha cumprimentado. Não vi ainda os outros. O Simão Pedro, meu amigo de muitos anos, sempre na Habitação. Você iria falar, Reinaldo. Desculpe-me.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Só lembrando que essa linha de crédito é aquela das famílias, mesmo de baixíssima renda, que conseguem acessar o crédito da Caixa Econômica Federal. É uma característica importante também a baixíssima renda conseguindo acesso ao crédito.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Aqui é a outra vertente do programa Casa Paulista, que é o apoio complementar ao FAR-FDS. Eu acredito que é um programa extremamente importante. Quer dizer, nós temos hoje uma dificuldade dos financiamentos para o FAR-FDS fazerem unidades habitacionais nos grandes centros urbanos, particularmente no estado de São Paulo, porque o terreno é muito caro. Enfim, todos os senhores conhecem essa dinâmica.

Então nós tivemos, inclusive, coisa de umas três semanas atrás, uma reunião com o ministro das Cidades para que a gente alinhe cada vez mais os critérios para elencar quais

são os empreendimentos aqui no estado de São Paulo, porque nós faremos o nosso apoio para a construção, um apoio aí ao FAR-FDS.

Nós temos hoje algo em torno de 3.000 unidades sendo construídas com o apoio do Estado de São Paulo, de um total acredito que de 6.000 unidades. O governo federal colocou aqui 6.000 unidades no estado de São Paulo, das quais 3.000 nós já estamos apoiando. Temos uma análise sendo feita em cima de uma lista de 30 mil unidades que o governo federal está analisando, e nós estamos analisando aí em conjunto para ver até onde nós conseguimos apoiar esses empreendimentos.

O preço social é uma outra modalidade, e este aqui eu acredito que os senhores conheçam um pouco menos. É uma modalidade na qual nós adotamos os critérios utilizados nas parcerias das prefeituras com a CDHU, nós adotamos num mecanismo de mercado.

Então como funciona isso, basicamente? Nós, em parceria com a prefeitura... A prefeitura tem um terreno para ser construída a unidade habitacional, aí ela abre um chamamento, com todo o apoio da CDHU e da secretaria, para que uma construtora vá fazer as unidades habitacionais, não pague o terreno e entregue o que seria correspondente ao valor do terreno em unidades subsidiadas.

Então a construtora vai lá e diz: “Olhe, eu construo aqui 500 unidades nesse terreno, das quais 200 unidades eu entrego à população por cem mil reais de venda. O preço de venda vai ser 220, mas eu subsidio cem mil reais por unidade nessas cem unidades”. Aí a outra construtora vai lá e fala “eu subsidio 120 unidades”, e a que oferecer mais unidades a preço social ganha licitação.

Em cima desse valor, nós ainda aportamos o subsídio para o comprador final. Então quando ele vai comprar o imóvel, ao invés de 200, vai ser por cem, e ainda vai ter um subsídio para não pagar a entrada e pagar a prestação mais reduzida. Esse é um programa que nós lançamos.

Nós temos cinco em andamento, sendo construídos já, e temos outros próximos de 40 em andamento e em convênio com o município. Nesse não entra a CDHU, é um mecanismo semelhante porque o terreno é doado ou cedido pela prefeitura, e nós utilizamos essa mais-valia do terreno na redução da prestação das unidades.

Valdomiro, ainda nós não temos análise para ver qual faixa de renda nós estamos conseguindo atingir. Acredito que seja talvez um pouquinho mais do que o outro, um pouco mais do que 1,95, mas também é possível que vá ficar em torno de 2,5 salários-

mínimos, pois também é um público ao qual nós temos que ter uma atenção bastante acurada.

Aqui, agora falando... Falamos aqui de uma forma mais geral a respeito dos programas. Aqui, entrando um pouquinho nas ações que nós desenhamos aí ao longo desses dois anos, são as ações emergenciais e ações prioritárias. Primeiro, todos acompanharam aqui a construção ou o atendimento à cidade de São Sebastião, com a construção das 704 unidades por conta de todo o problema climático que nós tivemos no ano passado.

Foram feitas 704, já entregues, e nós temos mais 256 em obras na Topolândia. Então esse foi um atendimento bastante expedito, bastante rápido, com uma agilidade bastante grande. A partir daí, nós começamos então a fazer o amplo levantamento das áreas de risco e toda aquela base de dados que nós citamos aqui por conta daquele acidente, mas fizemos isso nas regiões metropolitanas todas e temos trabalhado dessa forma.

Após aquela entrega, nós abrimos um credenciamento, um plano litoral para 12 mil unidades habitacionais. Então abrimos um chamamento para 12 mil unidades habitacionais em todos os municípios do litoral e, dessas 12 mil, nós já temos 2.950 com projetos credenciados e liberados para análise em 16 empreendimentos.

Então nós partimos tanto para a construção direta, como eu mostrei na imagem anterior, quanto para esse credenciamento de empreendimentos no litoral, de forma a reduzir de forma drástica essas questões de risco no litoral. O programa Vida Digna Palafitas, na Baixada Santista, é um deles, com 2.930 unidades tanto em obra quanto em entregues, sendo um pouco mais de 800 entregues e 2.000 em obras.

Também é um programa voltado para redução e eliminação de áreas de risco, particularmente ali na Baixada Santista, no litoral sul. O programa Vida Digna aqui... Ponha as fotografias só. É na Baixada Santista. Aqui é o Guarujá, com 140 unidades entregues. É um pouco só para mostrar o modelo que nós estamos construindo lá. Favela Marte, em São José do Rio Preto, é a próxima.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Vai ser o nosso.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pela qual o Valdomiro tem um carinho muito especial. Está aqui hoje a fotografia entregue na semana passada. Teve uma parceria lá, com 239 unidades habitacionais. Sobre os projetos habitacionais estratégicos

na Região Metropolitana de São Paulo e na Região Metropolitana da Baixada Santista, há o apoio às remoções para ações de urbanização e recuperação.

Atendimentos previstos e total de unidades. São 2.784 unidades. Execução de unidades pela CDHU e total de urbanização, com mais 1.183 unidades. Sobre o Projeto Eiji Kikuti, os senhores que conhecem São Bernardo, conhecem ali um foco de 600 famílias num grau de vulnerabilidade muito grande, todas elas. Conhece lá, Bove? Conheceu, não é?

Então nós fizemos ali uma parceria com o município e removemos aquelas pessoas todas, todas elas. Fizemos uma revitalização ali do território, um atendimento habitacional provisório, já com um empreendimento em construção para atendimento dessas pessoas.

E uma área de risco extremamente degradante para as pessoas aí não era a questão das encostas, mas a forma como eles se organizaram e onde eles estavam vivendo ali dentro daquele galpão extremamente vulnerável. Recuperação dos mananciais na Região Metropolitana de São Paulo, é um total de 4.642 unidades.

Remoção das famílias em áreas de mananciais; apoio à implantação do Reurb-S, da regularização fundiária; e a disponibilização de terrenos fora das áreas de mananciais, fora de onde houvesse... Obviamente, onde foi regularizado, a gente concentrou ali as famílias, mas nós temos aqui no Grajaú, no Alvarenguinha, as áreas de mananciais, um dos programas especiais.

Urbanização de favelas em Guarulhos, em Pimentas, também são 1.136 domicílios beneficiados por urbanização, esse em andamento. É uma urbanização de favela um pouco mais tradicional, como faz a Prefeitura de São Paulo, e concentramos ali também nessas áreas de risco e nas áreas de maior vulnerabilidade social dessas pessoas.

Pode colocar na outra. Aqui, mostrando um pouco o apoio da secretaria, os senhores todos acompanharam e sabem disso, porque nós... O governador, quando assumiu, transformou a secretaria em Desenvolvimento Urbano também. Então, numa das ações que nós temos iniciado, foi criado um conselho do qual participam agentes e secretários de várias secretarias.

Quando há uma intervenção que demande a participação de mais de uma secretaria, é a ideia um pouco de a gente começar a fazer um planejamento e não simplesmente construir unidades habitacionais e entregar a população, mas sim fazer um atendimento de todas as necessidades dessa população. A secretaria tem prestado um apoio grande à

estruturação de transportes, então nós estamos participando, por exemplo, do projeto do túnel Santos-Guarujá.

Ali há uma área da CPTM, aonde chega o VLT, e vai haver ali um pátio de manobras do VLT em Santos. Nós estamos em parceria com a CPTM, fazendo ali um projeto de reestruturação urbanística daquela área, por conta de você entregar não só a habitação. Mas como chega o VLT, nós vamos ter um emboque do túnel e a gente vai fazer um novo bairro, digamos assim, em uma área que hoje está absolutamente degradada.

Então fizemos isso em Carapicuíba, dois viadutos em Itapevi e obras do Metrô da Linha 17, na Roberto Marinho. Nós estamos em parceria com o Metrô, a obra da Linha 17 foi retomada, a secretaria e a CDHU estão estruturando uma melhoria, uma requalificação urbanística daquela região, por conta de acompanhar essa implantação da infraestrutura que ali vai chegar.

É só para citar aqui uma nova vertente de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Urbano... Da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano dentro da nossa secretaria. A Estação Lajeado é uma nova centralidade na zona leste, com 1.500 unidades habitacionais a serem construídas.

Vai ter um novo terminal de ônibus da SPTrans, equipamentos sociais de Cultura Institucional, Educação, Saúde e novas áreas comerciais. Então, de novo, aqui é uma forma de tratamento de um Desenvolvimento Urbano mais do que a construção simples de habitação.

Estamos aqui citando projetos. Esse projeto também tem a participação da CPTM, a estação e toda essa infraestrutura vão ser feitas dentro dessa parceria entre todas as secretarias - ou entre as secretarias envolvidas aqui do estado - com o Município de São Paulo. Aqui é um tratamento que nós começamos a dar em 51 empreendimentos, de 51 localidades, que é a regularização fundiária de áreas da CDHU. São áreas invadidas a dez, 15 ou 20 anos.

E nós trazemos aqui uma novidade. Nós fizemos aqui um chamamento, um chamamento não ao mercado, mas um chamamento às associações de moradores e aos moradores dessas áreas - as pessoas que invadiram ou as pessoas que lá vivem hoje - para que a gente busque soluções ali de regularização fundiária, inclusive com a construção e com a implementação de novos equipamentos ou de uma urbanização.

Então é um mecanismo concentrado em núcleos urbanos que são informais hoje, porque são em áreas invadidas que eram da CDHU, e nós estamos recebendo a proposta

dessas associações. Quer dizer, nós não fizemos nenhum projeto a priori para cada uma das áreas, mas fizemos um chamamento público de forma que essas famílias, essas pessoas representadas pelas associações, trouxessem-nos a solução que a eles interessaria.

E, em cima disso, nós estamos começando a discutir com eles sobre como nós vamos viabilizar cada um desses projetos. Então a ideia é a de que a gente regularize todas essas áreas invadidas da CDHU, que eram áreas, em muitas vezes, com moradias já muito consolidadas, outras com moradias muito precárias e, na maioria das vezes, a soma dessas duas formas.

Mas essa é uma forma de parceria com a sociedade, particularmente nessas áreas invadidas, áreas da CDHU que foram invadidas. Não entraram áreas que não foram da CDHU e nem de outras áreas do governo. Só a CDHU. Aqui é um pouco sobre o programa Cidade Legal, de regularização fundiária. De todos os municípios, que são 645, 560 já têm convênio com o programa Cidade Legal. Aqueles que não têm, normalmente, é por conta da prefeitura.

Tem uma outra opção, pode ser que esteja tocando por lá mesmo ou há falta de interesse do próprio prefeito, mas nós temos incentivado que todos os municípios tenham convênio com o Cidade Legal. De fato, 560 possuem este convênio com o Cidade Legal, e nós fizemos, ao longo desses dois anos, mais de cem mil títulos entregues.

Então, realmente, nós temos feito um esforço muito grande para regularizar todas as matrículas e todos os títulos de unidades da CDHU, e temos feito um esforço também muito grande para a regularização de núcleos indicados pelas prefeituras. Tivemos aí um evento que foi, para mim, eu repito, extremamente importante, de um núcleo que nós regularizamos que tinha cem anos, então os senhores imaginem o esforço ao longo de um século.

O comprador do lote, originalmente, construiu sua casa, com certeza, com muito esforço, investindo ali o seu recurso 13º, vendendo férias e tal. Ele construiu sua casinha, deixou isso para o filho, aí o filho fez uma melhoria, deixou para o neto e, no caso ali sobre o qual eu estou falando, tinha até bisneto de quarta geração aí naquele mesmo núcleo habitacional.

Nós tivemos a oportunidade de regularizar isso e entregar finalmente o título para essa família, para essas famílias todas, de forma que elas tivessem aí o título regularizado e incontestado. Para o programa de melhorias, nós temos feito aqui um esforço muito grande. Madalena, aqui é um dos locais onde fizemos aquele primeiro teste de

investimento com aqueles critérios de sustentabilidade, que eu citei para você em outra ocasião aí.

Então aqui está a sua fotografia, mas é um programa que nós estamos começando a lançar de melhoria urbana nos municípios, com conceitos de sustentabilidade e com asfalto drenante ou piso drenante, também com esse objetivo de melhorar a qualidade de vida nos municípios do ponto de vista urbanístico. Outra função atribuída hoje à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Aqui não é um projeto habitacional, é um projeto mais de desenvolvimento urbano, e nós temos feito essa parceria com os municípios para desenvolver esses projetos. Esse feito agora em junho, em Araçoiaba da Serra, só para a gente ter aqui a ilustração. O Viver Melhor, de melhorias habitacionais, aqui em São Bernardo do Campo, também é uma das modalidades que entram naquele atendimento habitacional, na meta de 500 mil.

Aí é um pouco mais sobre a consolidação, sobre um bairro consolidado. Normalmente, nós entramos aí com regularização fundiária e com alguma melhoria para essas unidades habitacionais, mas também sempre em acordo com a comunidade, a pedido do prefeito, e em acordo com a comunidade.

Então aqui é um exemplo. Nós estamos desenvolvendo... A CDHU hoje está desenvolvendo metodologias um pouco mais industrializadas para que a gente possa entrar nessas comunidades, como um banheiro Turn Key que você leva e já coloca na casa. Ou seja, estamos colocando um pouco mais de engenharia e de industrialização nesse programa, mas é um programa para o qual nós já fizemos algo em torno de 40 mil unidades habitacionais. Esse programa já entregou 40 mil unidades habitacionais.

Aqui é outro núcleo, o núcleo de Ubatuba em Ribeirão Preto. Mesma coisa aqui, olhando um pouco a partir dentro das moradias. CDHU e serviços. Quando - no governo anterior - a CDHU teve um certo grau de dúvida existencialista, como houve um rearranjo das empresas estatais, ela assumiu, além das suas funções habitacionais, também uma possibilidade de prestação de serviço a outras secretarias.

Aqui mostrando um pouco o que nós fazemos para outras secretarias, então a Praça da Cidadania também... São todos contratos feitos por secretarias que contratam a CDHU, não são recursos da CDHU aqui investidos nessas unidades. Ou seja, ela passa a ter um papel - um pouco - de gerenciamento desses investimentos, o gerenciamento da criação dessas infraestruturas para outras secretarias.

Então aqui é a Praça da Cidadania, em Araçatuba, com uma quadra de esportes, enfim, Casa Afro, o Parque Turístico de Peruíbe, entre outras. Hoje nós estamos licitando

e acompanhando a readequação do Estádio do Ibirapuera, do Ginásio do Ibirapuera, então existem outras atividades que a CDHU faz a título de gerenciamento e acompanhamento das obras.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Exato. Eu falei aqui a respeito de recursos. Esses recursos não são, para ficar claro, da Habitação, da nossa secretaria, mas é uma prestação de serviços da CDHU. Há outras secretarias, portanto, utilizando os recursos de outras secretarias para essas atividades.

Uma outra publicação que nós fizemos recentemente, muito em cima da experiência que tivemos também lá em São Sebastião, foi um chamamento para construções industrializadas modulares, o que nós chamamos de off-site, construções feitas fora do local onde elas serão implantadas. Então, hoje, a grande finalidade e o grande objetivo é incentivar a inovação tecnológica e a pesquisa científica no desenvolvimento da engenharia, e agregar expertise na agilidade do setor.

Porque, como foi visto, nós construímos lá as 704 unidades em pouco mais de dez meses, do momento em que começamos a construção até o final. Isso mostra realmente que existem hoje as tecnologias, existem tecnologias que nos permitem uma construção muito mais veloz do que as construções tradicionais.

Então hoje nós temos aberto um chamamento para 15 mil unidades em produção industrial, e é um dos caminhos que nós estamos trilhando também para conseguir atender a demanda dessas famílias de até cinco salários-mínimos. Aqui são cinco salários-mínimos. Pode passar.

Depois a gente fala... Sobre o relatório de sustentabilidade, a CDHU buscou e tem buscado uma adequação a todos os critérios e todos os modelos de sustentabilidade para as suas construções. Hoje, estamos, na parte de gerenciamento e acompanhamento de obra, buscando o BIM.

Os projetos já são feitos em BIM, e estamos buscando que as construções também sejam feitas com esse mesmo acompanhamento. E isso nos gera... Eu trouxe aqui e vou deixar depois para a comissão o relatório de sustentabilidade da CDHU, da secretaria, de 2023, para o conhecimento de vocês, dos senhores aqui.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, presidente?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pois não.

O SR. DONATO - PT - Um minutinho só para entender como vai funcionar. Vai ter um espaço para a gente fazer perguntas? Porque a gente já tem uma hora de apresentação. Tem algum limite?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O secretário está finalizando a apresentação e já tem uma lista de inscritos.

O SR. DONATO - PT - Eu queria me inscrever também, por favor.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Eu também, deputado.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Aqui é um outro projeto desses da CDHU, falando a respeito da prestação de serviços para outras secretarias, que é a criação de miniflorestas que chegarão aos conjuntos habitacionais. Nós estamos, dentro desse programa de sustentabilidade, trazendo essas experiências para os conjuntos habitacionais. E aqui também vou deixar para os senhores depois como funciona e como será esse programa.

Bom, aqui... Eu falei lá no início sobre o que nós estamos fazendo hoje, desenhando um novo plano habitacional com uma visão de longo prazo. Esse plano inclui diversas atividades, inclui, naturalmente, o número de unidades habitacionais, por atendimento ao déficit habitacional, mas em um contexto já multisetorial ou multitemático, tendo em vista que nós queremos fazer um plano que tenha todos esses eixos estruturantes aqui: Urbanismo, Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade.

Ou seja, casando aí o Desenvolvimento Urbano com Habitação, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, e a inclusão de, finalmente, você ter qualidade de vida e não simplesmente a implantação das unidades habitacionais. Então esse plano hoje está sendo elaborado pela secretaria e pela CDHU, e vai mostrar aí, primeiro, onde nós queremos fazer esses investimentos no longo prazo.

É um plano de 15 anos para frente, mas também a respeito de qual forma nós imaginamos que a Infraestrutura Urbana poderá se organizar e onde nós podemos intervir para que melhore essa infraestrutura urbana, tendo, portanto, menor demanda por

transporte e tendo as pessoas... Enfim, (Inaudível.) que a gente busca, morando mais perto do seu trabalho e tendo todos os serviços públicos ao redor.

Então esse plano vai contemplar também essas outras vertentes de melhoria urbanística e, finalmente, de qualidade de vida das pessoas. Aqui, só atualizando os cadernos de que nós estamos trabalhando nesse plano, e falar rapidamente a respeito dos sistemas de informações que nós criamos aí. Um Simm, o Sistema de Informações Metropolitanas e Municipais, que é a base de dados desses municípios.

Nós estamos coletando esses dados junto com o IGC e com a Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano. Nós coletamos os dados para que a gente possa, finalmente, melhorar essa qualidade de vida nas regiões metropolitanas, particularmente nas regiões metropolitanas.

Então é um grande banco de dados que nós estamos criando. Já temos aqui parcerias com várias localidades, com todas as áreas metropolitanas e as agências. Temos aqui uma nova plataforma, a qual permite que a gente localize cada uma dessas intervenções futuras necessárias, fotos feitas pelo IGC.

O outro é o Sistema de Monitoramento de Alertas por Satélite, criado pelo IGC. Nós começamos pelo litoral por conta do acidente que nós tivemos no ano passado, mas nós já ampliamos isso para a Região Metropolitana de São Paulo, e temos hoje, portanto, um sistema que permite que a gente tenha alertas em todas essas cidades, em todas essas regiões, quanto à inadequação ou à implantação de novas infraestruturas.

Por esse sistema de alerta, nós fornecemos para os municípios, mensalmente, um relatório mostrando, naquele território, todas as intervenções que foram criadas naquele período de 30 dias. Então novas vias abertas são identificadas, novas construções, aberturas de clareiras no meio da mata e desmatamento. Todos esses parâmetros são hoje fornecidos para os municípios que aderem a esse sistema.

Hoje, nós temos 12.500km² sendo monitorados. São quantos municípios? Cinquenta e dois municípios sendo monitorados por esse sistema. Então qual é a expectativa? Esse sistema, em si, não atua no território, mas nós fornecemos para o município uma base de dados muito sólida, para que o município mande lá a fiscalização.

Nós temos também o Instituto Florestal e está aqui a Polícia Florestal. Quer dizer, nós temos hoje mecanismos de controle, mas em cima de um sistema muito eficiente de fotografia por satélite. Esse é um convênio baseado em um convênio que nós usamos com a Polícia Federal, e nós temos um sistema complementar às fotografias de satélite que

eles fazem, para que a gente tenha essa precisão, inclusive, em corte de árvores e em áreas de desmatamento.

Aqui, isso gera aí, portanto, o nosso Plano Integrado de Intervenções. Nós estamos com... Vou dar dois exemplos. Na área de Sorocaba, nós temos a região ali de Sorocabana, muito degradada, onde eram os antigos prédios da Sorocabana. Nós temos um projeto de intervenção lá em parceria com o BNDES.

Então falando um pouco, de novo, a respeito da área de Reestruturação Urbana e Desenvolvimento Urbano da secretaria, temos em Campinas e temos em Sorocaba. São os projetos aí em parceria com o BNDES para reestruturação e readequação das áreas centrais dessas cidades.

Aqui, em Jundiaí também, é a mesma questão - só citando aqui - como Projetos de Desenvolvimento Urbano que nós temos feito em parceria com os municípios e com o BNDES. Então, eu termino a minha apresentação. Mostramos aqui o que a secretaria tem feito e quais são aí os projetos futuros de uma forma bastante geral. Muito obrigado a todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Agora, passando a palavra para os deputados. Vou só passar a lista aqui de inscritos. A ordem é: deputado Paulo Mansur, deputado Valdomiro Lopes, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputado Madalena, deputado Campetti, deputado Bove, deputado Donato, deputada Ediane e deputado Simão Pedro. Bom, com a palavra o deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Bom, cumprimentar o presidente da comissão, Rafael Saraiva. Cumprimento todos os deputados em nome dele, os amigos presentes. Cumprimentar também o nosso secretário, Marcelo Branco, que vem fazendo um ótimo trabalho. Parabéns pela apresentação.

Na última vez que o senhor esteve aqui, também fez uma apresentação. Com essa apresentação agora, eu vi que mudou muita coisa, melhorou muita coisa dentro da secretaria. Também cumprimentar o Reinaldo Iapequino, diretor da CDHU. É um prazer estar com vocês.

Eu tenho um programa na televisão - no SBT - há onze anos, e durante sete anos eu tive a oportunidade de entrar nas favelas e comunidades para realizar os sonhos das pessoas, porque o programa tinha esse quadro de a gente mobiliar as casas. Então eu

acabei entrando em diversas comunidades em Campinas, no interior paulista e também na Baixada Santista.

Eu fui agora recentemente ao Campo Belo, em Campinas, vi a revitalização que está sendo feita dentro da comunidade, através também de uma duplicação que o governador fez ali naquela região, numa rodovia. Vi também o investimento feito na revitalização e, realmente, como transforma a comunidade depois que você asfalta, pinta, regulariza a área e entrega para os moradores.

Mas também eu nunca vi nada igual na minha vida dentro das comunidades como a Baixada Santista. As pessoas que moram nas palafitas em Santos e em São Vicente é algo que eu nunca vi igual na extrema pobreza. Eu cheguei a entrar diversas vezes nessas palafitas, senhores, e as pessoas moram realmente em cima do rio.

Eu acabei indo para Santa Catarina, conhecendo um empresário - isso daí também já faz uns sete anos atrás - há muito tempo atrás e ele falou... Ele me mostrou uma empresa que ele tinha em Santa Catarina que fazia casas pré-moldais, e construíam em 24 horas as casas... 24 horas.

Aquilo me chamou muito a atenção e eu falei... Eu pensei: “Isso é a solução das palafitas”. Porque, quando você faz um prédio que demora três ou quatro anos para entregar, se você consegue entregar uma moradia em 24 horas e tirar aquelas pessoas da palafita em tempo recorde, você consegue realmente fazer com que, quando você tira as pessoas da palafita, não entrem outras.

Então a pergunta é sobre isso que vocês implementaram, que foi no ano passado, depois que teve essa tragédia no litoral norte e o governador, sabiamente, junto com você, secretário, acabou fazendo essa estratégia do pré-moldal, de construir mais rapidamente. Não é em 24 horas, é em cem dias.

A gente sabe que, na China, existem prédios que são construídos em 48 horas ou em 24 horas, também com diversas unidades. Existe essa possibilidade também de fazer essa tecnologia. Então eu pergunto a vocês: como fica a Baixada Santista? A gente vai ter esse programa pré-moldal na Baixada Santista para eliminar essas palafitas, para a gente conseguir entregar moradia para a Baixada Santista? Essa é a primeira pergunta.

Na segunda pergunta, eu gostaria de falar sobre os centros das cidades. A gente sabe que o centro da cidade tem muitos prédios abandonados, e tem muitos empresários que investiram em prédios dentro dos centros e não conseguem alugar. Em São Paulo, o prefeito Nunes acabou fazendo um projeto em que ele aluga parte desses prédios, ele

incentiva a alugar. Queria que vocês também falassem um pouco sobre isso, se existe uma parceria com a CDHU ou se vocês pensam em investir nesse setor.

E mais uma pergunta, que é sobre a desburocratização para o empresário. Quando o empresário pensa em construir - junto com a CDHU - moradias que vão ajudar e beneficiar a população, ele consegue algo mais rápido do que antigamente? Vocês conseguiram desburocratizar esse setor de investimento para o empresário? Essas são as perguntas. Obrigado.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Primeiro, obrigado pela sua questão, mas veja bem, quando nós fizemos... Nós temos uma diferença a qual é importante a gente sempre ponderar, que é a diferença entre o tempo de construção em um local absolutamente preparado para isso e o tempo de construção em um local distante.

Por exemplo, hoje nós estamos fazendo um projeto de construção no Pontal do Paranapanema, para as áreas que foram demarcadas de assentamentos rurais. É evidente que quando nós... E vamos fazer com esses processos pré-moldados, porque nós estamos com o chamamento que eu citei aqui.

Quando nós vamos fazer em algum assentamento 30 unidades, vamos supor... Por hipótese, primeiro, são 30 unidades, cada uma num local, porque cada uma tem o seu terreno, não é um canteiro único no qual você constrói, então você tem que pulverizar essas 30 unidades. Segundo, a fábrica não está lá, ela provavelmente vai estar no Paraná.

Nós estamos incentivando essas empresas a fazerem uma fábrica no estado de São Paulo. Nós temos já uma fábrica em Campinas e temos uma fábrica em... Mas, enfim, vem aqui normalmente dessas áreas mais centrais nas quais as fábricas estão localizadas, até para o atendimento dela ficar mais simples, e vamos levar lá para o Pontal do Paranapanema.

Então, quando a gente fala a respeito do tempo final do processo, nós estamos contando desde a produção dessa unidade habitacional - dentro da fábrica - transporte, aí chega lá e tem que fazer um (Inaudível.) e a montagem de cada uma delas. Para a montagem, eles falam assim: “Em uma semana eu faço. Em dez dias eu faço”. Mas o processo, como um todo, leva um pouco mais, óbvio que muito menos do que você fazer na construção tradicional. Então esse tempo é semelhante.

Eu estou só dizendo para falar que é semelhante a essas unidades que você falou lá, que constroem em uma semana. Aqui também se constrói, só que, como nós temos uma pulverização e temos a necessidade de logística, a gente acaba somando esse tempo todo

para dizer “olhe, demorou três meses”, dois meses ou quarenta dias para comprar a construção final.

Nós temos um projeto. Nesse chamamento que nós citamos aqui no litoral inteiro, são 12 mil unidades e já tem 2.800 cadastradas. Ele permite também essa modalidade de construção pré-moldada, aí é um pouco sobre o empreendedor que vai trazer essa modalidade, mas nós abrimos a possibilidade na CDHU, porque antes não tinha essa possibilidade, você tinha que fazer através das construções tradicionais.

Então nós vamos atender o litoral, o chamamento está aberto. Está fechado hoje, não é, Reinaldo? Já analisando as propostas. Então já temos as propostas a serem analisadas, mas nós vamos continuar com esse trabalho em 12 mil unidades para o litoral. Depois posso passar, deputado, cada uma das cidades e o quanto tem contemplado.

Sobre velocidade, eu me esqueci aqui de falar sobre uma questão que foi extremamente importante, a digitalização dos processos do Graprohab. Nós fizemos... Hoje, para você habilitar um processo ou um projeto no Graprohab, você não precisa levar mais um papel, não tem planta e não tem nada que não seja eletrônico.

Então isso reduziu, em alguns lugares, a um terço o tempo de aprovação dos empreendimentos, sem mudar nenhum procedimento. Não está sendo mais flexível, não é nada disso, é simplesmente pela velocidade que nos permite hoje essa apresentação totalmente digital.

O cidadão está lá em Campinas, ele faz no seu escritório de projetos, aí termina o projeto, ele já coloca dentro e já está sendo analisado no Graprohab. Isso inclui os empreendimentos que eventualmente sejam tocados pela CDHU nos loteamentos e nos lotes de cada um desses empreendimentos. Então não sei respondi todas. Faltou alguma coisa?

O SR. PAULO MANSUR - PL - Faltou o centro da cidade.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Centro da cidade. Nós temos hoje... Um dos chamamentos é para a compra de unidades no centro da cidade, 2.500 unidades. É isso, Reinaldo? No centro da cidade de São Paulo. Nós temos, em Santos, um processo hoje coordenado pela Dra. Teresa, nossa diretora de projetos, que é a recuperação urbanística. Como é que se chama aquele projeto de... Como se chama o local lá em Santos, onde nós estamos fazendo uma análise e é tombado?

A SRA. - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Isso, a Hospedaria dos Imigrantes. Então nós temos intervenções em cada um dos centros das cidades. Sobre a questão do aluguel social, nós estamos, entre hoje e amanhã, tendo aí uma primeira reunião sobre um modelo que está sendo criado dentro da secretaria.

Nós temos algumas restrições que nós queremos vencer para melhorar o projeto, mas nós temos, em alguns locais, já uma parceria com os municípios, na qual a secretaria põe o valor e eles fazem essa locação social. Mas nós temos aí (Inaudível.) ter muito cuidado por conta de como fica esse imóvel, quem é o responsável, como fica a degradação dele, se é o Poder Público que fica responsável ou se vai ser o cidadão.

Ou seja, tem umas particularidades que nós queremos resolver para ter um programa bastante consolidado, mas é um dos temas que está no nosso radar para implantar um programa de locação para os centros das cidades, para que a gente ocupe esses edifícios todos que estão ociosos.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Está respondido. Só agradecer você e todos. Eu vou ter que me retirar, porque eu tenho um compromisso. Mas obrigado pela resposta, secretário. Foi um prazer estar com vocês.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Percebo, Sr. Presidente, que tem bastante deputadas e deputados inscritos, e o assunto é bastante interessante. Será que não seria mais racional, até para organizar melhor aqui, no sentido de a gente otimizar, que o secretário pudesse responder dois ou três deputados?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Eu iria sugerir isso. Esperar primeiro só o deputado... (Vozes sobrepostas...)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - (Inaudível.)

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Só não é possível no meu caso.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - O seu caso é uma exceção.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Só esperando o deputado Valdomiro, porque ele vai passar um vídeo. Aí depois dele a gente faz a cada dois deputados.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Está bem, então.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Pode ser assim? Eu estava só guardando.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - O deputado Valdomiro tem prioridade sempre.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Uma pergunta de cada um, não é?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Secretário, o deputado Valdomiro está com a palavra. Ele pediu para passar um vídeo, está bem?

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Mas eu queria antes fazer uma introdução. Meu microfone está com som ruim. Está ouvindo bem todo mundo?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Está bom aqui.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Primeiro, eu queria começar, secretário, falando sobre o respeito e a admiração que eu tenho por Vossa Excelência.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Obrigado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - E pelo nosso governador, Tarcísio de Freitas. Vou dar só um exemplo aqui. No início do nosso mandato, nós descobrimos lá a questão da “casa de uma porta só”, e isso tem a ver com a dignidade das pessoas.

Comuniquei à V. Exa., ao governador Tarcísio de Freitas e, prontamente, fizemos um levantamento de 2.437 casas no estado de São Paulo sendo construídas.

E, numa demonstração de que o governo tem que gostar de gente, tem que gostar das pessoas, V. Exa. e o governador determinaram que fosse aberta a “segunda porta”, inclusive em várias casas da minha região. Isso demonstra que eu tenho que, como deputado, ter esse imenso respeito e essa imensa admiração por V. Exa. e pelo governador. Agora, vou tratar aqui de um assunto sério e grave, que é a Favela Marte, lá em São José do Rio Preto.

Eu, como sou de lá, fui chamado por alguns moradores. Vou passar um vídeo e depois vou comentar sobre os custos dessa obra, que demorou quatro anos para ser feita. Sei que a fiscalização da construção é da Prefeitura de São José do Rio Preto, como foi na minha época, quando nós fizemos 10.300 casas lá, e sei que foi negligenciada, na verdade, essa fiscalização para que a obra fosse entregue, na minha visão, antes da eleição de prefeito.

Houve um açodamento provocado, muito provavelmente, pela prefeitura, pelo prefeito municipal atual lá, para que fossem entregues as casas antes do processo eleitoral se completar. Então vamos passar esse vídeo e depois eu vou fazer os questionamentos a Vossa Excelência. Muito obrigado.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Então, Sr. Secretário, é esse relatório que estou fazendo agora. E quero complementar... Na verdade, eu já tinha falado com V. Exa. por telefone no dia que fiz essa visita, e quero deixar público aqui que V. Exa. me atendeu na hora, como sempre faz, determinado que é em apurar as coisas com retidão.

E aí eu fui me aprofundar, na verdade, nos custos dessas unidades habitacionais. Vocês passaram aqui - e depois se puder pôr de novo lá o slide da Favela Marte - que são casas todas geminadas, de no máximo 40m², outras com menos de 34m², e terrenos de 7:14. Olhe lá, todas geminadas.

O custo dessa obra, que está no site da Secretaria da Habitação, foi de 87 milhões e 700 mil reais, no qual o governo do Estado investiu 47 milhões e 700 mil reais, a prefeitura de Rio Preto investiu 20 milhões e 200 mil reais, e a iniciativa privada, através da ONG “Gerando Falcões”, investiu 19 milhões e 800 mil reais. O custo total foi de 87.7 milhões de reais.

Dividindo pelas 239 unidades, sabe quanto custou cada uma, secretário? Custou R\$ 366.945,60 cada unidade de terreno de 7:14 e 40 metros de construção. E o que me consta é que o terreno foi custo zero, está bem? O terreno foi custo zero. O que me consta, salvo engano, é que foi uma doação e foi feita uma negociação com a prefeitura.

Então, sobre isso aqui e a qualidade do imóvel que foi entregue, quero saber de V. Exa. primeiro o seguinte: a análise desse custo. Quero saber de V. Exa. por que foram entregues com tantos defeitos essas unidades habitacionais? Se não houve realmente esse açodamento do prefeito atual de lá em forçar com que a secretaria e o governo...

Vossa Excelência esteve lá, junto com o nosso estimado governador Tarcísio de Freitas, entregando essas casas. Por que entregá-las da forma como foram entregues, sem a terminação e a revisão da obra? Como é de praxe da excelência do CDHU fazer isso e a prefeitura não fez?

A ideia que eu tenho é a de que isso foi feito para ser entregue antes do primeiro turno das eleições, o que é inadmissível numa democracia como a nossa e num governo que... Eu conheço o governador Tarcísio de Freitas, nessa relação do tempo que estou aqui e na relação que tenho com V. Exa. pela sua retidão e pelo seu primoroso jeito de fazer a administração na Secretaria da Habitação e no CDHU. São essas as minhas perguntas, Excelência.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra, deputado.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Com relação a isso, apenas uma opinião. Nós ouvimos aqui o deputado Valdomiro dizer que a fiscalização foi feita pela prefeitura, pelo órgão da prefeitura, não pela CDHU, e na minha concepção são fatos isolados. Nós tivemos o problema local em São José do Rio Preto, mas não podemos generalizar, como se fosse óbvio que isso acontece em todos os... Onde são feitas as casas da CDHU e nas

demais cidades, nas demais moradias e demais municípios do estado de São Paulo. Então é só uma observação que quero deixar claro aqui.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Uma observação que eu mesmo fiz, deputado Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Sim, exatamente.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - As construções do CDHU são primorosas no seu acabamento e no seu término. O que eu disse é que a impressão que eu tenho - a quase certeza que eu tenho - e V. Exa. que me tire essa dúvida, é de que isso foi um açodamento provocado pelo atual governo de São José do Rio Preto, pelo prefeito municipal, em entregar essas unidades antes do primeiro turno das eleições. O que não vai adiantar nada, Excelência, porque nós vamos... Ele vai perder as eleições lá com seu querido candidato "Black Moustache".

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor, secretário.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Respondo só essa ou vai fazer em grupos?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Responda essa e depois a gente faz pares de deputados. Só por causa do vídeo, a gente...

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Só uma pequena colocação rápida antes de até o nosso secretário responder. Eu quero deixar claro aqui para o deputado Valdomiro - porque nós somos conterrâneos - dentro da observação dele, que o governador Tarcísio não entrou na eleição de São José do Rio Preto. Ele não apoia ninguém.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Eu sei, deputado, mas assim, sobre esse aqodamento - e eu acho que o secretário vai dizer isso - ele não teria fundamento se atribuído ao governador Tarcísio.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu não o atribuí.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Só para... Sim, é só...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu não o atribuí.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - É só para... Isso. É só para deixar claro...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Sim.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Para dar condições para o secretário.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu deixei claro aqui...

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Está bem. Obrigado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Em toda a minha preleção aqui que...

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - O respeito e a admiração que tenho. Aliás, comecei assim: "Pelo secretário e pelo governador Tarcísio de Freitas". Não disse isso nunca. Se V. Exa. está dizendo isso, está distorcendo.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Não, eu não estou dizendo que o senhor disse, deputado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Bom, então muito obrigado.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Estou dizendo para deixar claro. Eu vi que o senhor não disse.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu deixei claro.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Só para deixar claro a posição do governador Tarcísio.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Perfeito, deputados, vamos deixar a eleição de Rio Preto para o dia 27 de outubro e vamos deixar o secretário responder. Por favor, com a palavra, secretário.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Então, vou primeiro responder o Valdomiro, porque o respeito é mútuo. Também tenho extremo respeito pelo senhor, pelo seu mandato, pela sua competência e pela seriedade com a qual você sempre tratou a Secretaria de Habitação. Aqui não tem nenhuma mágoa das suas análises, não.

Agora, é importante a gente separar um pouquinho. Eu aqui me peço escusas ao deputado, porque fiquei de te mandar uma planilhazinha e, no fim, acabei não mandando ontem o que tinha falado, mas esse valor de 300 e tanto não é real quando você analisa o volume total que foi despendido no empreendimento.

Esse volume de 80 milhões inclui um viaduto, inclui infraestrutura, inclui arruamento e inclui a compra do terreno, porque o terreno foi desapropriado lá na origem, tinha um terreno particular que foi desapropriado, então é uma soma de valores. Que o senhor me desculpe de novo, pois eu não passei essa planilha apurada item por item.

O que nós sabemos é que a CDHU... O governo do Estado, entre as intervenções que fez lá, inclusive em unidades comerciais, porque houve um entendimento de que ali era uma comunidade já muito consolidada e que, para a gente intervir nessa comunidade, a gente deveria fazer algumas lojas comerciais para que a própria comunidade administrasse essas lojas.

Então quando eu pego o número gasto pela CDHU, que foi de 47 milhões, e divido pelo número de unidades construídas, mais as unidades comerciais e mais a infraestrutura que a CDHU também custeou, dá um recurso com um valor bem menor por unidade.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - São 200 mil reais, R\$ 199.581,00 por unidade, considerando só o valor investido pela CDHU.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Isso.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Sem falar a respeito dos 19 milhões da iniciativa privada, que não sei para onde foram, e dos 20 milhões que a prefeitura fala que também fez. Mesmo assim, 200 mil reais por unidade, isso transformado em m², tendo em vista quantos metros tem cada unidade...

É essa avaliação que eu quero que V. Exa. faça para mim e entregue, porque eu fui, na verdade, requisitado por várias famílias que moram lá. E acho que, se tivesse passado pelo crivo da CDHU a vistoria final da obra, ela não teria sido entregue nessa data.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - É aí onde eu estava querendo chegar. Nós passamos de 350 e qualquer coisa para 199, mas eu quero acrescentar mais uma informação. Nesses valores dispendidos pela CDHU, tem, inclusive, a implantação de uma Praça da Cidadania que está dentro do orçamento da CDHU.

Então, não é possível. E aí volto a dizer para o senhor que eu estou lhe devendo essa planilha mais apurada. Não é uma crítica aqui à sua análise, porque ela não tem todos os elementos, mas eu não consigo fazer essa distribuição por unidade habitacional ou por m², tendo em vista que o contrato era muito mais amplo do que construir as unidades. E aí fico na dependência de te mandar e te mando hoje essa planilha para que a gente faça.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu queria que o senhor me mostrasse para onde foram esses outros 40 milhões, 19.8 milhões da iniciativa privada e 20.2 milhões da prefeitura municipal. Onde eles foram parar? Porque isso é importante também para a clareza, na verdade, de um negócio sério, como é o Governo Tarcísio de Freitas nessa parceria e como é a administração de V. Exa. na Secretaria de Habitação.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Obrigado. Então será enviado todo esse demonstrativo, mas eu estou prestando aqui contas da CDHU, porque eu acho que é o mais importante e o que está na minha cabeça. O resto a gente vai acertadamente mandar para os senhores também, o que a empresa fez, o que a prefeitura fez e o que a “Gerando Falcões” fez lá com o recurso que investiu nesse empreendimento.

Sobre a questão da antecipação, realmente não houve uma antecipação. Nós tínhamos... A informação que nós tínhamos da CDHU era a de que o empreendimento já estava em condições de ser entregue e que a população estava solicitando muito que fosse entregue, porque ele estava em aluguel, ele estava em outra condição. Então não houve uma pressão, para ser muito sincero, política para a entrega desse empreendimento.

Agora, sobre essas inadequações que o senhor apontou, tem toda a razão, nós temos que corrigir. Primeiro, elas estão sendo corrigidas. A questão da água foi uma questão com a placa solar. Realmente, a empresa que colocou a placa solar lá, a que foi dada a população, não fez de uma forma com uma vedação adequada. Isso interferiu no telhado das casas e a CDHU já está com as equipes lá para analisar cada um desses eventos.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Essa empresa que colocou as placas solares foi contratada pela CDHU.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pela “Gerando Falcões”.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - O deputado Valdomiro, com todo o respeito, já faz mais de meia hora que tem mobilizado o debate aqui...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - É, mas Excelência, isso aqui...

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - E o secretário só com esse tema.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pois é, mas esse tema... Perdoe-me.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Nós temos outros quase dez deputados para falarem.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Perdoe-me, deputado, então...

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - (Inaudível.) Se você puder coordenar a reunião.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Perdoe-me, deputado, mas olhe, esse tema é muito importante, porque tem uma gravidade muito grande e o secretário acaba de dizer que quem contratou a colocação das placas solares foi...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputado Valdomiro, eu vou pedir o seguinte.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Por quê?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Espere aí, deputado Valdomiro, só vamos fazer o seguinte.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O secretário vai lhe responder e, se tiver mais alguma dúvida sobre esse tema...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Não, eu não tenho, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O senhor volta ao final, pode ser?

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Não tem.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu não tenho, mas eu só queria ouvir do secretário quem contratou.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - A empresa das placas solares foi contratada pela ONG “Gerando Falcões”. É um daqueles custos que o senhor citou.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - E esses vazamentos...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor. Por favor. Por favor. Por favor, deputado. Por favor.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Excelência...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor, deputado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Vossa Excelência me trate com a determinada...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Eu trato o senhor...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Educação, por favor.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - (Inaudível.) O senhor passou três minutos...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Está bem.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Já do questionamento.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Três minutos? Então eu vou...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Está bem? Por favor.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Quem é membro titular desta comissão tem direitos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O senhor...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Vossa Excelência não tem tanta...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O senhor tem todos...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Autoridade aqui para falar comigo assim, não. Por favor. Por favor.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputado...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Coloque-se no seu lugar de presidente...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputado...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Desta comissão com a seriedade que o assunto merece.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Deputado...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu já estou aqui há muitos anos...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Vamos fazer o seguinte então, deputado...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Vossa Excelência está com os seus cachorrinhos (Inaudível.) aqui agora...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - A gente vai fazer da seguinte forma...

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Não faça assim.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Todos aqui entenderam a importância do seu questionamento e o objetivo do seu questionamento. Então o secretário já lhe respondeu. Eu só estou pedindo para que, caso o senhor tenha mais alguma dúvida que o senhor não tenha feito na primeira pergunta, o senhor deixe para o final. Somente isso.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Eu sou membro efetivo desta comissão, tenho dez minutos regimentais para perguntar o que eu quiser e tenho a tolerância de tempo de membro efetivo. Vossa Excelência, na hora que der a palavra aqui, diga quem é membro efetivo e quem não é, por favor, antes dele ter o uso da palavra. Por favor, Excelência. Senão V. Exa. vai criar um problema sério comigo e eu vou começar a cronometrar tudo que V. Exa. faz, inclusive os seus cachorrinhos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Senhor Deputado, em nenhum momento eu faltei com respeito ao senhor e nem ao seu trabalho, então tenha muito cuidado com o que o senhor fala em relação ao meu trabalho. Está bem? Se o senhor não tem respeito com vidas, o senhor está mostrando muito da sua personalidade. Eu não gostei da forma como o senhor falou comigo. Por favor, vamos para os próximos. Deputado Dr. Jorge do Carmo e, na sequência, deputado Madalena, por favor.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, presidente. Desculpe-me incomodar e atrapalhar mais uma vez aqui o andamento da reunião, mas como tem vários deputados inscritos e o tempo é curto, eu sugiro, com todo respeito... Eu não sou membro efetivo, eu vim apenas para dar quórum, senão nem os efetivos poderiam falar.

Mas eu tenho dúvidas também, porque o tema é extremamente relevante. Eu gostaria de sugerir que fosse colocada uma regra, talvez duas perguntas por deputado e as demais por escrito.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - A regra é regimental, os membros efetivos têm dez...

O SR. LUCAS BOVE - PL - É uma sugestão apenas, presidente...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Não.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Mas eu respeito o regimento.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - A gente tem que seguir e não se pode alterar. Os membros efetivos têm dez minutos e os que não são efetivos cinco minutos.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Perfeito, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Está bem?

O SR. LUCAS BOVE - PL - Muito obrigado.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Minha vez, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Presidente. Eu penso que a reunião começou bem e está um pouco acalorada, mas não vejo necessidade, até porque o secretário e o presidente estão aqui com bastante tempo, com bastante disponibilidade e boa vontade. É o que percebo.

Então, cumprimentá-lo, presidente, V. Exa. e os colegas deputados e deputadas que aqui estão presentes, membros efetivos ou não desta comissão. Cumprimentar o secretário Marcelo Branco e agradecer aqui pelas colocações. Cumprimentar também o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino.

Eu tinha elaborado várias perguntas e algumas delas eu fui eliminando a partir da vossa apresentação. Contrariando aí o deputado Lucas Bove, eu vou ter que fazer mais do que duas. Mas aí, só para começar aqui... Sr. Secretário e Presidente, o senhor falou bastante aqui sobre esse projeto novo - o que eu estou chamando de projeto novo - que é essa questão das áreas ocupadas pelas famílias, áreas que são da CDHU.

Essas 51 que foram recentemente anunciadas aí num programa pela secretaria e pela CDHU. Eu eliminei algumas perguntas, mas algumas delas tenho que fazer. Por exemplo, as áreas ocupadas têm ações de reintegração de posse, na sua maioria ou totalidade - certamente a totalidade - e V. Exa. falou aqui na sua apresentação bastante rápida que as entidades e as associações de moradores poderão fazer uma proposta ou um projeto.

A pergunta é: as associações de moradores ou as entidades que representam, porque às vezes não é uma associação, pode ser uma ONG, que não é diretamente uma associação de moradores... Na proposta do governo estadual, elas podem receber as áreas em doação para o fim de promover as moradias via programa habitacional e entidades?

Ou seja... Por que eu pergunto isso? Porque, se tem uma ação de reintegração de posse, essas ações, uma vez que isso vai regularizar, eu penso que elas perderiam o objeto, penso que elas perderiam o objeto. Se elas perderem o objeto - se é verdade - então isso quer dizer que a CDHU vai desistir das ações. E como as pessoas vão ter a titularidade?

Se isso vai regularizar, elas vão ter a titularidade e a sua segurança jurídica. Então eu penso que a CDHU deverá ou poderá, mais ao fim (Inaudível.), deverá desistir das ações de reintegração de posse e doar as áreas, a menos que haja a questão da posse da terra, o título do terreno para as famílias. Isso é uma pergunta. Eu tenho dúvidas pelo que foi explicado aqui.

Ainda sobre a questão da regularização, quem vai custear? É a CDHU quem vai custear? É a Secretaria de Habitação? Ou será custeado, por exemplo, pelos recursos do programa Cidade Legal, um programa interessante para o qual penso que deveria ter cada vez mais investimento para as pessoas terem a propriedade. Eu sei que é um aporte, é um recurso e é um apoio aos municípios. Essa regularização será custeada por quem? Pelos moradores, pelas entidades ou pela iniciativa privada? Por quem? Pela própria CDHU?

Então são dúvidas que me trazem a partir de um programa o qual eu penso ser bastante interessante, porque realmente nós temos... Eu estou aqui como deputado, mas eu sou advogado, e como advogado eu sou bastante. Assim, além de ser como deputado, sou demandado enquanto advogado.

Quando eu podia advogar, porque agora estou impedido por ter de exercer o meu mandato... Em várias regiões na cidade de São Paulo e da Grande São Paulo, porque eu moro na região leste, sou demandado lá em áreas que são ocupadas. As pessoas estão há anos sofrendo com essa ação de reintegração de posse, e não tinha nenhuma possibilidade de negociação. Enquanto a gente ia para lá fazer a defesa das famílias, a CDHU queria retomar a área, evidentemente, porque nós estamos falando sobre o direito à propriedade.

Outra pergunta: como serão apurados os investimentos e qual será o curso final para cada família com a transferência do domínio e do título? Porque é importante a família saber como ela vai, de fato, adquirir e resolver de uma vez por todas esse problema tão grave que é a espada do pescoço, a ação de reintegração de posse.

Por fim, nesse assunto, queria emendar uma outra pergunta, a qual pode ser que tenha alguma coisa a ver com essa. Lá em Hortolândia - eu tratei desse assunto já com o presidente - na chamada Área 01, a CDHU fez um projeto de urbanização e agora há problemas na fase de cobrança e assinatura de contratos.

Muitas famílias que assinaram o contrato não conseguem pagar as prestações e outras não aceitam o valor cobrado, porque não têm as condições acima das possibilidades. Como será resolvido isso? Eu já levei esse assunto para a CDHU e até falei hoje com o presidente, falei que eu quero retomar esse assunto lá numa próxima agenda que ele vai marcar para a gente tratar desse assunto e desses outros também.

Então essa questão dessas áreas é um assunto pelo qual tenho bastante interesse, no sentido de levar informações para tantas famílias que demandam o nosso mandato. Sobre as áreas de risco, o senhor falou aqui a respeito dos alertas e tal. Eu queria fazer uma pergunta mais objetiva.

Como está sendo feito o processo de ações de enfrentamento dessas questões climáticas com relação às áreas de risco, hidrológicas e geológicas, ao tráfego de informações entre a população e as prefeituras? Porque a gente teve aqui bastante discussão sobre aquela questão lá de São Sebastião. Inclusive, eu apresentei um projeto de lei aqui nesta Casa que foi aprovado por unanimidade e buscava...

O estado de São Paulo é o estado mais rico da Federação, então não tem sentido a gente atacar só o efeito e não atacar a causa. Esses alertas são apenas alertas, que são importantes, não deixam de ser, mas penso que é muito “paliativo” para a gravidade desse problema no estado de São Paulo.

Ainda nessa questão, há um plano de contingência para avisos prévios para a população dentro das áreas de risco mapeadas, cadastradas e classificadas como R1, R2, R3 e R4, que poderão ser alertadas com antecedência para deslocamento para as áreas e refúgio delas?

Então, sobre esse assunto, eu penso que, lamentavelmente, ele pode voltar a acontecer. Eu acho pouco e paliativo a gente falar de alerta, sendo que esse estado pode ter um programa de atendimento às famílias, de prevenção, para evitar que aconteça e não apenas alertar quando vai acontecer, alertar para que a pessoa saia em refúgio ou vá para outro lugar seguro. Mas ela vai voltar para lá se, Deus a livre, não morrer, ou não será afetada gravemente.

Outra pergunta: como se dará o plano de contingência com os municípios para amenizar a situação de risco a vida e para evitar novas catástrofes? Também ligada ao que eu já falei aqui, como exemplo a questão de São Sebastião. Sobre o Cidade Legal, segundo o Sigel - e isso foi levantado ontem em preparação para esta reunião de hoje - o Sistema de Orçamento, dos 45 milhões previstos para o programa Cidade Legal foram gastos, até hoje (Inaudível.), no caso, esta semana, 36 milhões. Foram 36 milhões.

Ainda no Sigel, há informações de que foi liquidado, em outubro, 30 milhões, só no mês de outubro. Espero que essa informação seja a correta, porque eu peguei da fonte correta. (Inaudível.) Só em um mês, um único mês. É um fator inusitado, isso é de uma eficiência bastante invejável. Por quais razões só no mês de outubro foram liquidados 30

milhões? E em quais municípios foram gastos os recursos com o Cidade Legal, se for possível destinar? O senhor fez uma apresentação aqui, mas essa informação não tem.

Quantas famílias foram beneficiadas por esse programa? O senhor falou a respeito de cem mil títulos, mas isso aí é uma projeção até agora. É só para este ano? É para o mandato? Qual é a ideia?

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Sr. Presidente, tem quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Eu termino em cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Não, por favor, deputado. O senhor tem mais um minuto, por favor, só para a gente conseguir.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Não, é um minuto com a tolerância, próximo da tolerância que o deputado Valdomiro já teve.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Está bem, então.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - E, após o deputado Jorge do Carmo, ainda tem mais seis, deputada. Então vamos lá.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Eu vou abreviar aqui algumas perguntas. Então, Sr. Secretário, o senhor não falou nada sobre contratos de gaveta. É um problema seríssimo no estado de São Paulo os empreendimentos da CDHU que têm contratos de gaveta e que, muitas vezes, transferem para outros.

Eu sei que já teve algum programa voltado para essa questão, mas eu não sei hoje. A atual administração tem algum projeto específico para essa questão? Indo para a conclusão, sobre aquela nova centralidade de Lajeado, eu já havia também pedido uma reunião para entender melhor.

Nosso mandato foi demandado lá, porque vai ter remoção, vai ter desapropriação e vai ter a construção de 1.500 moradias, como foi anunciado. Mas as pessoas que moram lá no entorno estão atônicas, estão em pânico, porque elas não sabem exatamente como serão tratadas. Então por fim... Eu já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - É a última, por favor.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Tem algum programa de regularização ou de negociação e renegociação das prestações dos conjuntos habitacionais da CDHU? Por que falo isso? Porque eu vejo que tem na Grande São Paulo inúmeros conjuntos habitacionais, que foram feitos ao longo desses tantos anos que a CDHU existe de forma totalmente irregular.

E vejo que as pessoas não têm título, não têm segurança jurídica e não têm propriedade. Logo, qual é a proposta do governo para essas famílias? E, por fim, esta Casa sem o meu voto, sem o voto dos deputados do PT e dos deputados do PSOL, aprovou aqui um projeto de lei, um famigerado projeto chamado nº 529, o “Projeto da Maldade”, que dentre os seus artigos previa a extensão da CDHU, o que eu achei uma atrocidade. Nós votamos contrário.

Vi que o governador não extinguiu a CDHU, pelo contrário, parece-me que está fortalecendo. Eu apresentei um projeto aqui que revoga o Inciso nº 2 do Art. 1º da Lei 17.293, de 15 de outubro de 2020. (Inaudível.) Se ela não foi extinta por determinação do governador, não tem sentido esse artigo e esse inciso permanecerem vigorando.

Então estou dizendo isso porque nós vamos pedir o apoio dos deputados aqui para que esse inciso desse artigo, que é o Projeto de lei - de minha autoria - nº 971, de 2023, seja aprovado, porque não tem o menor sentido extinguir a CDHU, uma empresa tão importante para a produção de moradias e para a regularização na cidade e no estado de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Senhores Deputados, conversando agora com o secretário, dada a complexidade da pergunta que veio do deputado Dr. Jorge do Carmo, e eu acredito que muitos deputados seguirão essa mesma linha, a gente vai fazer um bloco de perguntas de todos vocês, ele vai responder na medida do possível todas e, para algumas outras que precisam de dados, ele encaminha essa

resposta posteriormente. Então vamos seguir essa linha de todos perguntando e ele respondendo no final.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Eu não fiz perguntas complexas aqui.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Não, mas eu acredito que, só com os seus questionamentos, ele demoraria uns 40 minutos para responder. Então vamos seguir com todas as perguntas aqui, depois ele responde no final e, para o que for precisar de elementos posteriores, ele encaminha a resposta para a Presidência da comissão para a gente distribuir. Por favor, deputado Ricardo Madalena.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - E queria... Desculpe-me.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Cumprimentar e consignar a presença do líder do governo, o deputado Gilmaci.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente. Com a permissão dos nossos pares aqui, bem rapidamente, parabenizar aqui a comissão pelo trabalho que tem feito e realizado. É realmente uma comissão nova, não é, deputado Dr. Jorge? Que realmente tem dado os resultados que a gente esperava desta comissão.

Parabenizar aqui o presidente Rafael Saraiva, que é novo também, mas vem fazendo um grande trabalho. Parabenizar e cumprimentar o secretário. Secretário, o nosso governador tem um time de bons secretários, ótimos secretários e excelentes secretários, e o senhor está naquele hall dos excelentes, porque tem feito um grande trabalho aí no nosso estado com a Habitação.

Queremos aqui parabenizar e dizer “continue assim”, porque o estado de São Paulo, nas suas mãos, em relação à Habitação, está indo muito bem. Conte com esta Casa e conte com esta liderança aqui. Um grande abraço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra, deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - Obrigado, presidente. Gostaria de cumprimentar, em nome da Presidência desta comissão, todos os pares que aqui estão. Cumprimentar o Marcelo Branco, que tem feito um grande trabalho para a população do nosso estado de São Paulo, assim como também o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino.

A secretaria presta um grande serviço para a população do nosso estado de São Paulo, principalmente àquela que mais necessita. Eu vejo isso como um trabalho social da secretaria. E não vou me alongar não, secretário, porque... Como suplente desta comissão, eu tenho cinco minutos aqui.

Não farei o uso deles, mas sim, só para falar a respeito da seriedade do trabalho e do dinamismo que V. Exa. tem dado à secretaria, Sr. Marcelo Branco, junto com o Iapequino. Conte com este parlamentar e conte com esta Casa para aprovar aqueles projetos dos quais tem necessidade a nossa população do estado de São Paulo. Parabéns e muito obrigado. Estou de saída, presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Danilo Campetti. Cinco minutos.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Bom dia a todos. Senhor Presidente, quero cumprimentar, em nome de V. Exa., todas as deputadas e todos os deputados. Cumprimentar o meu amigo, o secretário Marcelo Branco, e o presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino, e dizer que estão realizando um trabalho fantástico, um trabalho que se iniciou...

E eu tive a honra de conhecer o Marcelo ainda na pré-campanha com o governador Tarcísio, que realmente está comprometido com aquelas diretrizes que foram traçadas no plano de governo da Habitação que foi elaborada por Vossa Excelência. Quero cumprimentá-lo pelas mais de 350 mil unidades habitacionais entregues.

Para se ter uma ideia, em governos anteriores, em quatro anos se entregavam 300 mil unidades. Nesse governo, em menos de dois anos, foram mais de 350 mil e outras...

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Tem que buscar... Tem que buscar o número. Tem que buscar o número. Tem que buscar o número. Se consultar...

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Sim.

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Sim, tudo bem, mas se buscar...

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Se buscar, vai estar... O secretário pode retificar, se for o caso.

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Tudo bem, foi anunciado.

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Tudo bem.

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Então tudo bem. O que acontece?

O SR. - (Inaudível.)

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - O secretário vai poder dizer depois, é o maior programa habitacional da história do estado de São Paulo. Tem que pesquisar. E dizer que a mudança de paradigma do que era para o que está sendo realizado hoje, principalmente com relação à regularização fundiária... A regularização fundiária traz, sim, dignidade àqueles que, como V. Exa. disse, há mais de cem anos estavam aguardando essa regularização fundiária.

Eu atuei na secretaria, no Ministério da Agricultura do governo Bolsonaro, realmente nessa área, na área de regularização fundiária, mais voltada à agricultura, e a gente sabe como é a felicidade de uma família que recebe seu título de propriedade. Então traz dignidade, traz cidadania e, realmente, traz aquilo que o Estado tem que levar como política pública para essas famílias.

Quero também parabenizá-lo aqui, como policial, pela instalação e pelo programa aqui da moradia para os policiais militares, policiais civis e policiais penais do nosso estado, de autoria do deputado Mecca. Aqui eu parabenizo também quem autorizou a instalação desse programa e V. Exas. que, com muita propriedade, instalaram-no. E aqui a gente tem o Decreto nº 68.927, que regulamentou toda a instalação desse programa.

Quero também aqui enfatizar a transversalidade da secretaria, que atua juntamente com outras secretarias, e parabenizá-los pela brilhante atuação. E dizer também, por fim... Não vou me alongar muito mais, porque eu acho que a minha pergunta foi direcionada pelo deputado Jorge do Carmo, a qual era com relação aos desastres.

Nós sabemos que a Secretaria de Desenvolvimento e Habitação atua gerenciando e prevenindo os desastres. Um exemplo é o Sistema de Monitoramento de Alertas por Satélites, sobre o qual já foi falado aí, e nós sabemos que a Agemcamp adquiriu um radar meteorológico capaz de detectar os fenômenos severos a cem quilômetros de distância.

Então eu gostaria que, dentro das possibilidades, o senhor pincelasse a questão desse programa que, além de atuar como foi feito lá em São Sebastião - com as 704 unidades - além de atuar depois que os desastres ocorrem, atuam também na prevenção desses desastres, com o governo de São Paulo atuando também para que se possa prevenir que as famílias sejam atingidas por essas tragédias.

E aqui deixar também os meus parabéns ao governador Tarcísio, que deu liberdade aos senhores e deu respaldo aos senhores para que os senhores pudessem implementar esse plano de Habitação que está, sim, revolucionando, e é o maior plano habitacional que já se viu aqui no estado de São Paulo. É só isso, muito obrigado. Parabéns e conte

conosco aqui na Assembleia Legislativa para que os projetos de V. Exas. tenham andamento. Contem com o nosso apoio. Um grande abraço e Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Lucas Bove. Dez minutos.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, secretário. Bom dia, presidente Reinaldo. É de presidente o seu cargo na CDHU, correto? É “presidente da CDHU”, sim? Bom dia. Obrigado pela presença e parabéns pela explicação bastante completa e bastante convincente. Bom dia aos demais colegas aqui presentes também.

Eu vou ser breve na minha fala, na verdade, porque várias das nossas dúvidas já foram respondidas, inclusive durante a apresentação, tamanha a qualidade dela e tamanha a qualidade do trabalho dos senhores. O deputado Campetti citou aqui muito bem a Lei nº 18.025, que foi capitaneada pelo nosso grande colega aqui e grande professor, o Major Mecca, da qual eu sou coautor também com muito orgulho.

É uma lei que dá a possibilidade de agentes de segurança pública, ou seja, policiais penais, militares, civis e, enfim, toda a gama de agentes de segurança pública que recebem até cinco salários-mínimos, comprarem casas com juros zero, subsidiados pelo governo do Estado. Quem ganha acima de cinco salários-mínimos, paga juros de 4% ao mês. No meu entendimento, um professor também deveria ter esse tipo de benefício, e tem uma série de outros profissionais que também deveriam ter esse tipo de benefício.

Nós começamos pelos policiais, porque eles, muitas vezes, principalmente nos grandes centros, moram dentro das favelas e das comunidades, onde muitas vezes combatem o crime. Então todos sabem a respeito de histórias de policiais que foram pegos com a farda na mochila e acabaram sendo assassinados, tal como das famílias dos policiais que sofrem algum tipo de pressão ali.

Então a primeira pergunta é nesse sentido. Qual é a sua expectativa para esse programa? O senhor vê... Eu sei que é uma pergunta... A segunda pergunta é um pouco até um exercício de futurologia, então eu não espero uma resposta assertiva. Mas o senhor vê a possibilidade de a gente ampliar esse programa para professores da rede estadual, por exemplo? Há um espaço para isso dentro do Orçamento no horizonte dos próximos anos? Claro que não é uma coisa de imediato, tem que ser paulatina.

Eu queria só fazer uma menção muito importante à regularização fundiária que os senhores estão fazendo, inclusive junto à Secretaria da Agricultura. Com a regularização

fundiária, nós vamos resolver o problema ambiental, porque a agenda ambiental urbana é aquela que mais importa, de fato. Não há nada que prejudique mais o meio ambiente do que as questões urbanas, muito mais do que as rurais. Então parabenizar os senhores nesse sentido.

E fazer uma segunda pergunta sobre algo que envolve... É algo que muito me interessa e envolve não apenas a Secretaria de Habitação, então eu também entendo se a resposta vier de forma parcial. Qual é a política que a Secretaria de Habitação junto com as outras secretarias que cuidam do tema estão construindo ou estão levando a cabo em relação aos imóveis do Estado?

É de conhecimento público que o Estado tem centenas ou talvez, ousado dizer, milhares de imóveis, muitos deles sendo mal utilizados e malconservados até por uma questão de capacidade mesmo do Estado de gerir tudo isso. Alguns deles estão em áreas nobres e no centro de grandes cidades como São Paulo.

Há alguma política no sentido de transformar esses imóveis em habitação ou de permutá-los com construtoras para que a gente consiga, como defendemos aqui e como defende o governador, reduzir o tamanho do Estado, aproveitar os seus ativos e otimizar toda essa gestão para que chegue na ponta para quem mais precisa?

São essas as minhas duas perguntas. E, além de todos os elogios que fiz aqui, novamente parabeno o presidente desta comissão pela condução dos trabalhos de maneira muito tranquila. Parabeno o secretário e o presidente da CDHU pelo excelente trabalho. Levem os meus cumprimentos ao nosso querido governador Tarcísio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Acho melhor cronometrar aqui os meus cinco minutos. Vou tentar ser bem objetivo. Bom dia a todos e todas. Bom dia, secretário. Eu não tive a mesma sorte dos outros colegas aqui de ser recebido por V. Exa., apesar de eu ter pedido uma reunião, de ter sido marcada e remarcada várias vezes e, no dia que eu fui lá, o senhor não pôde me atender.

Informaram-me que estaria... O presidente da CDHU também não estava, eu fui atendido pelos assessores que estão aqui. Eles me atenderam bem, o café era ótimo, mas eu não tive nenhuma resposta de uma pergunta simples. Não sei se o senhor conhece o

caso da Vila Nova Esperança, que é fronteira com o Parque Jacarandá, uma antiga fazenda (Inaudível.).

Por uma ação do Ministério Público do Meio Ambiente, essa área, lá atrás, em 2011 ou 2012, não me lembro bem... Depois de várias tratativas, o Ministério Público, através de um TAC, determinou que fossem removidas as famílias e a CDHU desse atendimento habitacional. Acho que essa decisão é de 2014, se não me engano.

Bom, nada aconteceu nesse período. Em 2022, após as eleições, estranhamente... Em novembro de 2022, as famílias foram notificadas de que deveriam assinar um termo lá com a CDHU e estavam sendo oferecidas unidades no chamado “Raposão” - um conjunto de prédios lá na Raposo - um empreendimento da Rezek, hoje RZK.

Enfim, os moradores me procuraram e eu fiz uma audiência pública. Eu ainda era vereador, fiz uma audiência pública e a gente conseguiu uma mediação com o Ministério Público. Negociando, o Ministério Público fez um laudo através do (Inaudível.), a área técnica do Ministério Público, apontando que era possível urbanizar a área e não remover as famílias.

A partir daí, estabelecemos um contato com o Judiciário, o juiz entendeu que isso era possível e fez consultas às partes do processo, ao Ministério Público, que está de acordo, e à CDHU. A CDHU até hoje não respondeu essa consulta, está desde junho o parecer na CDHU.

A área afim atingida por esse caso era a Secretaria do Meio Ambiente, e nós tivemos a secretária Natália. O parecer da Secretaria do Meio Ambiente é de que, no ponto de vista deles, é possível urbanizar a área e não removê-la, evidentemente com todos os cuidados ambientais de preservação.

A pergunta é simples: a CDHU vai dar qual resposta? Está desde junho na CDHU e as famílias estão ansiosas para saber se elas terão que sair ou se a área poderá ser urbanizada. O parecer da Secretaria do Meio Ambiente é pela manutenção das famílias, que é a principal interessada, a área afim que protege o parque.

Então essa é a primeira questão objetiva, para a qual eu não tive resposta até hoje, desde junho, quando estive na secretaria de Vossa Excelência. Sobre o empreendimento “Raposão”, o qual eu acompanho desde quando era vereador, é um empreendimento que tinha cerca de... Eram 18 mil apartamentos, era uma cidade nova ali do lado da Cohab Raposo.

Enfim, esse empreendimento teve dificuldades financeiras. O fundo perdeu o financiamento, o fundo de 300 milhões de reais passou a valer cem milhões de reais na

Bolsa e ele, enfim, desenvolveu toda uma série de parcerias que salvaram esse empreendimento, com a compra de apartamentos pela CDHU e pela prefeitura, sendo seis mil apartamentos pela prefeitura. Eu queria saber quantos apartamentos foram comprados pela CDHU.

Porque a gente tem a notícia no “Diário Oficial” de 1.970 unidades, mas o fundo fez uma nota aos seus acionistas, dizendo que ele havia vendido mais 2.172 unidades para a CDHU. Quando eu perguntei à CDHU por escrito isso, a CDHU me respondeu, em 24 de abril de 2023, que eram apenas 1.970 unidades. Então eu queria saber quantas unidades foram adquiridas pela CDHU, o quanto já foi pago e qual é a fase da execução. São perguntas objetivas, logo espero respostas objetivas.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Obrigado, deputado. Com a palavra a deputada Ediane Maria.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar aqui todos os parlamentares e os secretários. Eu tinha várias perguntas, assim como a gente tem. Eu acho que quero ressaltar que também o secretário me recebeu várias vezes, até porque a gente tem uma demanda histórica, que são as políticas de habitação.

É importante a gente trazer para esta Casa e, inclusive, saudar esta comissão, que é uma insistência nossa para que a gente consiga, de fato, dialogar. Porque todos os parlamentares aqui... Eu estou vendo o Lucas Bove e todos aqui falando a respeito de políticas de habitação.

Eu acho que é um debate que a gente traz aqui para dentro desta Casa, porque todos aqui foram eleitos defendendo uma parcela da sociedade, e essa parcela da sociedade precisa estar representada nas comissões. Eu fui eleita trazendo uma pauta fundamental, que é a minha história de vida. Não somente é minha, mas é a história do nosso País, a do trabalho doméstico.

Então, devido a isso, a gente sabe que, quando tem um deslizamento, secretário, quem vai ser morto, quem vai ser prejudicado e quem hoje não dormiu por causa do vendaval que teve na semana passada vai ser novamente uma mulher preta, uma mãe solo, uma trabalhadora doméstica, uma diarista, uma babá ou um pedreiro que constrói a cidade e, no final do dia, vai para o fundão ou vai para a periferia, onde não tem, muitas vezes, uma política de habitação.

Então trazer esse olhar para cá é entender que... No ano passado, quando eleita, eu fui... A gente tem um trabalho, enquanto mandato, que é o de “gabinete na rua”. Então, o que a gente faz nesse “gabinete na rua”? A gente vai às comunidades - muitas comunidades nos acionam pelo mandato - para ouvir as lideranças e as demandas.

Para quais demandas as lideranças nos chamam? São bairros que estão há 30, 40, 50 ou 60 anos no mesmo local, onde não se vê ainda uma política de saneamento básico, sendo que muitos estão precisando de coisas muito primárias. É olhar e falar assim: “Preciso de um esgoto, preciso de um asfalto e preciso de uma regularização fundiária”.

Bom, no ano passado, nós vimos... E eu acompanho porque os meus irmãos moram na periferia, inclusive moram em barracos de madeira em Santo André, na Missionário, onde houve uma proposta de vir 20 moradias para uma demanda de mais de 300 famílias que precisam de casa.

E também acompanho, dentre tantas coisas, e é por isso que eu falo que eu sou muito chata com isso... Fizemos vários ofícios, inclusive conseguindo várias reuniões, podendo levar essas lideranças, porque a função de todo e qualquer parlamentar desta Casa é representar o povo, então o mandato serve como esse instrumento de diálogo com o Executivo e com o Legislativo.

Então quero saudar mais uma vez, inclusive você sempre me recebe muito bem, mas ainda temos algumas coisas que não foram resolvidas. Eu entendo também a demora, porque não depende somente do secretário, depende de várias dinâmicas de orçamento e de tudo.

Mas olhar para a Moradia é entender que várias de nós hoje não vão dormir, seja porque perderam sua casa porque caiu alguma árvore com a chuva que deu, seja porque estão sem energia e não conseguem se alimentar, ou seja porque, de fato, as políticas de habitação não chegam. O deputado colocou que são mais de 300 mil moradias, não é?

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Perdão, deputada, são 500 mil atendimentos até o fim do governo. Eu verifiquei o número e aumentei 200, são 150, mas ainda continua sendo...

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Fé em Deus de que vai chegar...

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Isso.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Espero que os movimentos sociais...

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Ainda continua sendo o maior programa habitacional da história do estado. Obrigado.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Com fé em Deus será e eu espero que os movimentos sociais consigam ser atendidos com as suas demandas, que são fundamentais. Porque a gente não pensa somente na moradia, somente no teto, a gente olha para todo o entorno, então tem que ter... O direito à cidade se faz com vários processos. Tem que ter uma UPA, tem que ter uma creche e tem que ter uma escola.

Nós que somos MTST sabemos a necessidade de fazer esse debate e um questionamento da cidade como um todo, até porque, muitas vezes, vão morar pessoas, no empreendimento, e o Valdomiro trouxe muito bem isso. É importante trazer, porque eu morei a vida inteira numa casa de uma porta só, Valdomiro, é impressionante, de uma porta só.

Quantas pessoas moram em uma casa de uma porta só, construída ali com mais de 20, 30 ou 40 anos de trabalho? E, muitas vezes, a gente vê essa mesma casa de uma porta só, que já não é uma moradia digna, ser derrubada e ser destruída, porque ali virou uma zona de interesse social.

Então é importante que a gente traga esse debate aqui para dentro, porque muitas pessoas não estão conseguindo descansar, muitas pessoas têm medo da chuva, o que deveria ser uma coisa naturalizada, mas o medo da chuva e o medo do vento ainda é o que assola a nossa sociedade. E, olhando para o estado de São Paulo e olhando para as cidades, só em Santo André são mais de 480 famílias...

Eu fiquei ouvindo aqui muito bem, secretário, e fiquei bem preocupada. Porque eu entendo que tem o governo estadual, tem o federal e tem os municipais, mas tem no Jardim até um bairro, Camilópolis, se eu não me engano, com uma demanda que veio para o nosso mandato.

No Residencial Clara, são 480 famílias que estão esperando um investimento de 82.8 milhões do Fundo da Casa Paulista, que não chegou. Deram um prazo de 17 meses para serem entregues as moradias e essas famílias continuam esperando. Ou seja, são várias famílias.

Aí eu queria saber, porque a gente fez até um pedido de requerimento para saber... A gente sabe que, muitas vezes, o Estado não consegue muito se envolver nessas questões

municipais, mas como que está esse processo? Porque muitas famílias perderam o emprego e a gente sabe muito bem que muitas só recebem a partir de uma comprovação do seu salário, então é por isso que a gente, enquanto movimento social, luta para que, de fato, o “Minha Casa, Minha Vida” seja via entidades para que todas as famílias sejam contempladas, já que moradia é um direito que está na Constituição.

Várias hoje enfrentam vários problemas, porque acabaram... Por estarem em uma zona, inclusive, de deslizamentos, mesmo pessoas que estavam sendo assistidas pelo aluguel social, pessoas que estão em extrema vulnerabilidade ou que não têm um trabalho fixo, essas pessoas encontram algumas dificuldades, porque não sabem quando que vão ser entregues essas 480 moradias.

E aí fica esse embrolho: “Para onde nós vamos? O que nós vamos fazer? Quando que vai ser entregue?”. Fui lá, inclusive, fazer um vídeo, no meio do ano, para fazer essa denúncia, porque as pessoas estão perdidas. E qual é o contato, realmente, direto, sabe? O secretário, isso que é mais preocupante. Qual é o contato direto? Qual é o diálogo? Qual é a comunicação com quem está esperando pela sua moradia?

Então é um processo desesperador e a gente sabe que não é fácil. A cada vez que a gente tem uma reunião, a gente vê o quanto existe dessa dificuldade, inclusive, de diálogo com a sociedade e com quem precisa de uma política de habitação e que chegue a casa, de fato.

Que o nosso destino não seja viver, às vezes, dez, vinte, trinta ou sessenta anos esperando ter a nossa casa legalizada e ter a regularização do nosso bairro para que a gente tenha dignidade, de fato, para morar. Muito obrigada. (Pausa.) Inclusive, agora também vou deixar aqui uma coisinha bem interessante, também muito boa.

O SR. LUCAS BOVE - PL - (Inaudível.)

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Não, calma aí, Lucas Bove. Calma aí, deputado. Bom, vamos lá. Fez 120 anos o nascimento da Laudelina de Campos Melo, a mulher que lançou o primeiro sindicato das trabalhadoras domésticas, doou sua vida, sua história e a sua luta para garantir dignidade para as trabalhadoras domésticas.

E não seria diferente, não é? No dia 12, que foi Dia das Crianças, fez também 120 anos a história de Laudelina de Campos. Aí eu protocolei aqui, inclusive, um protocolo bem interessante, que é o de um aluguel social para as trabalhadoras domésticas. Gostaria muito que o senhor recebesse essa demanda, porque é fundamental.

Nós estamos vivendo numa sociedade onde quem está hoje nos trabalhos domésticos e de cuidados são mulheres negras, são mães solas e são aquelas que estão na periferia. Precisamos que o Estado, de fato, acolha essas mulheres. Mais de 70% da categoria...

Cerca de 74% da categoria das trabalhadoras domésticas hoje se encontra ganhando menos do que um salário-mínimo, sem registro de carteira, e 40% hoje ganha... Acho que aqui qualquer pessoa vai falar assim: “Eu conheço alguém que hoje não tem registro de carteira”. E não tem nenhum olhar do Estado, então eu gostaria muito que essas mulheres fossem assistidas no programa de habitação e que, de fato, a gente conseguisse garantir direitos.

Porque a grande maioria hoje, depois de 60 anos, depois de 50 anos, doada para uma família - porque se considera parte da família - essa mulher vai ser aquela que vai estar sem serviço familiar e sem a sua moradia, porque a gente sabe que o Estado, na sua reconstrução, acabou deixando uma grande parcela da sociedade de fora. Essas são mulheres negras e trabalhadoras domésticas.

Então, sobre esse protocolo, eu queria muito que o senhor recebesse, que, de fato, o aluguel social fosse uma garantia e que as políticas de habitação também fossem prioridades. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Parabéns, deputada. Com a palavra o deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O senhor tem dez minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - (Inaudível.) Bom dia, secretário. Bom dia, presidente da CDHU, Reinaldo Iapequino, e secretário Marcelo Branco. Quero cumprimentar cada um dos deputados que estão aqui ainda nesta reunião, neste importante debate.

Lembrar também, presidente, que temos algumas lideranças do movimento popular social que lutam por moradia aqui presentes. Queria registrar a presença da Cris, do Movimento Sem Terra Leste 1; da Fátima, do Movimento de Luta por Moradia, lá da

Sudeste; da dona Teresa Lara, da entidade Estrela Guia; da Cida, da Semus; do Sr. João Alexandre, da Associação dos Mutuários da Cohab 1, da qual eu tive a grata honra de ser fundador e presidente um dia lá atrás; (Inaudível.) eu estou vendo ali o amigo Paulinho, lá do Heliópolis também; e as demais lideranças que estão aqui.

É importante a presença de vocês e... Quiçá pudessem também ter espaço para usar a palavra, mas a gente acaba monopolizando muito aqui o tempo e as lideranças não conseguem fazer uma pergunta. Mas vamos em frente. Tenho algumas breves considerações, secretário.

Primeiro, V. Exa. se referiu aqui a um debate que está acontecendo com o Ministério das Cidades, a encontros com o ministro e a secretaria em relação a uma parceria do governo do Estado com o governo federal para a construção e viabilização de milhares de unidades no estado.

O nosso caso eu acompanho mais de perto, e já fiz aqui uma audiência pública a qual o Netinho compareceu representando a secretaria - também tivemos a presença de representantes do governo federal através da Caixa Econômica Federal - a respeito daquele importante assunto dos projetos do “Minha Casa, Minha Vida” e entidades. São 28 mil unidades no estado que necessitam do aporte do governo do Estado.

E a gente sabe que, em regiões como a Capital ou a Grande São Paulo, onde o terreno é caro, apenas os 20 mil reais não são suficientes. Sei que a secretaria sugeriu um convênio aí, uma parceria para viabilizar outras dez mil unidades, mas o problema é que o tempo passa.

Muitos desses empreendimentos.... Citar aqui o caso do Conjunto Santa Teresinha, lá do Taboão da Serra, porque os prazos dados para o financiamento já estão passando, ultrapassando e havendo o risco de inviabilizar muitos desses projetos. Eles teriam que começar do zero quando já andaram por muito tempo.

Então, aqui uma pergunta: quantas andam dessas tratativas? Qual é a possibilidade de uma solução para esse problema? A gente tem uma perspectiva de resolver isso este ano ainda para poder viabilizar essas dezenas de milhares de unidades que estão aguardando esse tipo de solução fundamental?

Eu faço aqui uma referência também à questão que o deputado Jorge do Carmo fez, porque a Secretaria está solicitando o financiamento da Caixa para dez mil unidades para a CDHU. Mas o problema, secretário, parece-me que, pelo que eu conversei, enquanto a CDHU estiver no decreto de “empresa passível de extinção”, como foi feito pelo governo

Dória e não revogado esse decreto - e já temos iniciativas legislativas que poderão resolver - esse assunto não avança.

Como a Caixa vai financiar um valor de um financiamento para uma empresa em vias de extinção ou com passiva extinção? Então isso tem travado, pelo que eu tenho de informação, o andamento dessa negociação da secretaria com o governo federal e com a Caixa Econômica Federal. Precisa-se resolver isso.

Por que não tirar a secretaria? Desculpe-me. Por que não tirar a CDHU dessa lista de “empresas passíveis de serem extintas”? A CDHU cumpre um papel tão importante. O governo Dória desprezava a CDHU e queria extinguir, mas não é o caso deste governo. O governo, pelo que eu tenho entendido, tem valorizado e dado papéis amplos para a CDHU, como uma empresa pública importante que já cumpriu um papel na história e precisa continuar cumprindo. É uma empresa importante, então por que não resolver isso?

A outra questão que eu queria levantar... Também o deputado Jorge do Carmo já fez referência, mas são demandas que chegam no nosso mandato, que é essa questão das negociações e da regularização que a CDHU procede em relação a imóveis ocupados irregularmente ou através de contratos de gaveta. O processo...

Por exemplo, eu liderei, em 2001 ou 2002, um processo aqui na Capital, no qual a Cohab quitou as prestações dos mutuários da Cohab, com base numa lei federal. Cerca de 50 mil contratos foram quitados na gestão Marta Suplicy e depois foram entregues as escrituras. Foi um programa chamado Programa Inovação, um programa fantástico.

E, nesse processo, regularizava-se também aqueles mutuários que tinham comprado de outros e continuaram pagando. O que a CDHU faz é chamar o mutuário atual, aquele que está ali pagando ou deu continuidade ao pagamento por 15, 16 ou 20 anos, e propõe o seguinte.

“Olhe, o senhor está irregular. Se o senhor quiser permanecer no imóvel, o senhor vai ter que assinar um novo contrato, começando do zero, como se fosse o financiamento de um novo”. Esse é o procedimento que eu tenho. Não sei se mudou, Iapequino. Tomara que tenha mudado, mas...

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Nós não estamos adotando esse processo, é só para...

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Bom, provavelmente era da gestão anterior, mas é um problema crônico. Por exemplo, você vai ali ao Itaim Paulista, ao Costa Norte e às

CDHUs ali na região de Sapopemba, ainda tem muito desses problemas. Quero perguntar como a CDHU está procedendo, se houve mudanças e, se sim, eu acho que quero dar os parabéns.

Outras questões que eu achei interessantes são o Vida Longa e o Moradias Indígenas, projetos e programas muito importantes, mas que me parecem ser muito pequenos diante de uma demanda tão grande, pois os números são muito acanhados ainda, secretário. Acho que é importante ampliar esses dois programas, porque a melhoria das moradias indígenas é importante, mas principalmente para as pessoas idosas e para prover moradias dignas, uma demanda muito grande no estado. Então é isso, Sr. Secretário. Muito obrigado, se puder me responder essas questões.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Muito obrigado, deputado. Eu queria fazer alguns apontamentos aqui. Primeiro, agradecer a presença de todos os deputados nesta comissão. A gente falar a respeito de habitação hoje no estado de São Paulo é um assunto muito caro para a população, afinal a gente está falando que a casa significa a “roupa” da família.

A gente vê que a criança de uma família que passa pelos programas da CDHU e pelos programas da secretaria acaba até tendo um melhor desempenho escolar e uma maior facilidade de integração social. Então não tem como a gente falar a respeito de dignidade da pessoa humana, responsabilidade social, amor e empatia, sem dignidade de moradia.

Então eu queria agradecer a todos vocês que estão aqui hoje e contribuíram. Queria falar para todos os representantes da sociedade civil que, no final, a gente vai disponibilizar um e-mail para que vocês encaminhem seus questionamentos, o secretário responda e a comissão, através de todos os deputados, envie isso para todos vocês.

E, sobre o mecanismo que se deu hoje de perguntas e respostas, não é o meu escolhido, porque quando eu estou fazendo os questionamentos, eu gosto que o meu questionamento seja respondido imediatamente à minha pergunta, mas se deu pela forma que a comissão foi conduzida pelo número de deputados presentes. Então passar aqui agora ao secretário e ao presidente da CDHU para que formalizem as respostas.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para perguntar para a V. Exa. e também para o secretário se é possível disponibilizar essa apresentação rica de informações...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - (Inaudível.) A apresentação já foi disponibilizada para a assessoria de todos os deputados. Está bem?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Está bem. Obrigado.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Eu queria pedir aqui ao presidente e aos deputados, principalmente ao Jorge, que foi a primeira pessoa a perguntar, para que eu pudesse inverter aqui a sequência de respostas. O Donato muito corretamente reclamou ali que não foi atendido numa ocasião que eu marquei com ele.

Realmente, eu tive um compromisso com o governador e deixei de atendê-lo, então eu queria responder ao Donato, em primeiro lugar, por conta disso. E aí pedi ao Reinaldo para que ele fizesse a resposta. São duas perguntas objetivas em cima da CDHU. Eu queria fazer essa resposta ao Donato primeiro e aí eu sigo aqui.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Muito boa tarde agora, deputado Rafael Saraiva. Em nome do senhor, eu quero, com todo o respeito, cumprimentar todos os demais deputados aqui. Objetivamente, deputado Donato, o senhor tem razão na crítica da resposta, mas ela foi feita na semana passada e a gente já respondeu, a CDHU já respondeu ao processo. Mas é preciso esclarecer que, nesse processo...

O SR. DONATO - PT - O senhor pode me esclarecer qual foi a resposta?

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Eu vou esclarecer. Primeiro, sobre a questão da Vila Esperança que a gente tem lá, como o Parque Tizo - um parque estadual que hoje tem o nome de Parque Jequitibá - essa demanda judicial foi iniciada no ano de 2001 ou 2002, portanto, teve 20 anos.

Nesse processo, a CDHU entra e concorda com a regularização desde a origem. A CDHU foi vencida no processo. O Ministério Público ganhou a causa para o reassentamento. Tem uma condenação da CDHU e tem uma condenação do Estado para comprar, inclusive, outras áreas que nem públicas são. Tem uma área que hoje está sob domínio do Banco Central e tem uma outra área particular.

O que a CDHU fez... A partir disso que o senhor falou que foi estranho, a ação da CDHU foi o mero cumprimento da ação judicial depois que a gente conseguiu organizar

recursos, inclusive para fazer um projeto no Taboão da Serra D. É de propriedade da CPTM o terreno, parte dele seria incorporada ao parque.

E também, quando a gente conseguiu... E aí já vou respondendo também à questão do empreendimento Reserva Raposo, quando o senhor fez a pergunta. De fato, a gente tinha ali 1.970 unidades. Só uma pequena correção, nesse empreendimento a CDHU não compra apartamentos, a CDHU ali atua como agente financeiro, fazendo um financiamento direto às famílias.

Ali é uma incorporação imobiliária privada. Esse empreendimento nasce de um chamamento público feito pela Secretaria da Habitação - então Habitação - hoje Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e ele é incorporado num procedimento, portanto, público e isonômico, onde a CDHU atua como um agente financeiro. Então não é correto dizer que a CDHU compra. A CDHU não comprou nenhum apartamento lá.

E, depois das 1.970, a gente acabou fazendo um chamamento à população, que teve lá quase 8.000 inscritos, e a gente acabou fazendo uma ampliação do financiamento para atingir as 4.000 unidades financiadas. Dessas 4.000 unidades, têm 2.300 unidades prontas, 1.100 delas com (Inaudível.) aguardando apenas a ligação da energia para serem entregues. Então é um empreendimento que está pronto.

Aí voltando um pouco a essa história do Reserva Raposo para as famílias da Vila Esperança. Naquilo que o senhor chamou de estranho, nós fizemos um chamamento, sim, às pessoas, às famílias. Fizemos reuniões com as famílias. Não era eu o presidente na época, era o Silvio Vasconcelos.

E, nessa chamada da CDHU, cerca de 560 pessoas apareceram, aí sim foi estranho, porque muitas delas aderiram ao empreendimento e depois desistiram. Apenas - e não é um número tão pequeno assim - das 564, 164 famílias assinaram os contratos de aquisição dos apartamentos financiados pela CDHU nesse empreendimento.

Chega para a gente... Sobre o que o senhor relata a respeito do Judiciário, chega para a gente uma carta do Ministério Público, de um promotor do Ministério Público, encaminhando um documento que se chama “informativo”, de um órgão auxiliar no MP, dizendo que a área poderia ser objeto de regularização. Não tem determinação judicial nem nada.

Então esse documento chega para nós e a gente passa a fazer um encaminhamento, primeiro ouvindo a Secretaria do Meio Ambiente, que se manifestou lá. Esse documento

chega pelo MP, com esse informativo do (Inaudível.), ao arrepio da decisão condenatória que transitou em julgado.

A CDHU estava lá fazendo o seu trabalho, cumprindo a decisão judicial, então a gente chega ao arrepio dessa decisão. Portanto, a gente entendia que o processo estava encerrado no Judiciário e ela pôs em marcha as suas ações. Vem a secretaria, que não se opõe à questão da regularização e encaminha esse processo para a nossa secretaria.

A nossa informação, para concluir, diz o seguinte: “Não tendo um órgão ambiental e nem o MP nada contra a urbanização, não será a CDHU que vai se opor a essa urbanização”. Porém, há questões para serem resolvidas. Como formalmente se resolve a questão do trânsito em julgado da ação condenatória, a qual obriga ao reassentamento?

O que a gente vai fazer, e são questões que a gente precisa trabalhar agora, daqui para frente, com essas 164 famílias que... Na hipótese de serem regularizadas as moradias, eu vou ter de destratar todos esses contratos e elas vão continuar lá. Na área de Vila Esperança tem áreas de risco, não tem só HIES lá, e nós temos que tratar a questão da regularização de interesse específico. Então está colocada a informação no processo para a partir daí a gente discutir.

A CDHU coloca também, muito objetivamente... A CDHU nesse tempo todo gastou muito dinheiro, inclusive com essas 164 unidades, que evidentemente podem ser deslocadas para outras famílias, mas a CDHU não acha correto ter que agora gastar mais dinheiro para fazer isso. Inclusive, o parecer da Secretaria de Meio Ambiente diz o seguinte: “É possível, é uma hipótese, porém é necessário fazer uma série de estudos”.

Quem pagará por esse estudo? E que estudos são esses que não teriam sido feitos no processo judicial? Então, deputado Donato, com todo respeito, é essa a questão com a qual a gente está à disposição agora para abrir. A CDHU não se oporá à regularização, mas não vai fazer uma regularização que não significa eliminar as áreas de risco e nem tratar diferentemente o que é regularização específica e não interesse social. Então, no caso do Parque Tizo, é isso que a gente tem a dizer.

O SR. DONATO - PT - Só uma questão. Eu entendi que a CDHU é o agente financeiro, mas teve algum desembolso da CDHU em relação a algum adiantamento que será resposto pelas famílias?

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Teve um desembolso na CDHU no projeto do Taboão da Serra D e na construção, no apoio do financiamento que foi liberado para as

164 unidades que foram contratadas de famílias que concordaram, residentes da Vila Esperança, que concordaram em ser reassentadas desse empreendimento.

O SR. DONATO - PT - E quanto foi isso?

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Grosso modo, 210 mil reais por unidade habitacional. Grosso modo. Multiplica-se por 164 e nós estamos aí com quase 32 milhões, mais alguns milhões que a gente gastou no projeto e está gastando no projeto do Taboão da Serra D.

Como eu disse, a gente sempre pode direcionar para outras famílias, mas a gente já poderia ter feito isso se esses 20 anos de discussão do processo... Se a gente tivesse do Ministério Público também um tratamento que ele está entendendo agora. O Ministério Público mudou de ideia depois do trânsito em julgado ou está mudando de ideia. Não mudou, na verdade, ele encaminha um informativo...

O SR. DONATO - PT - (Inaudível.) A consulta que foi feita ao senhor? A mera consulta. Foi pelo juiz, não foi pelo Ministério Público?

O SR. REINALDO IAPEQUINO - A mera consulta...

O SR. DONATO - PT - Mas foi pelo juiz, não foi pelo Ministério Público.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Não, é uma carta do Ministério Público que ele juntou ao processo. Nós recebemos do MP a carta.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Bom, então seguindo aqui. Vamos ver se eu consigo aqui, Jorge do Carmo, responder as suas questões. Inicialmente, sobre a questão das áreas da CDHU. A CDHU, dentro desse chamamento, está absolutamente disposta a colocar a área como sendo fundo perdido. Está certo? Porém, dentro de cada um dos projetos.

Nós queremos... É por isso que nós fizemos o chamamento, nós estamos dispostos a entrar com esse custo da área. A CDHU hoje tem três bilhões de reais em áreas invadidas, e nós estamos dispostos a, na composição com as comunidades nas quais for

necessário e conveniente fazer essa regularização, entrar com a área necessária para essa composição, só que dentro de cada um dos projetos.

Eu não posso dizer, se o senhor me perguntar agora, a respeito da área tal. “Ah, vocês vão doar a área?”, eu não sei, só quando a gente tiver a demanda feita pela comunidade dizendo qual é o projeto que eles querem implantar ali. Por exemplo, existe ali uma...

Dentro da mesma - estou falando de uma área hipotética - existe também um galpão de 2.000 m² no qual uma pessoa guarda os seus caminhões e os de uma transportadora, para esse nós não vamos doar. Nós vamos ter que ter um tratamento, dentro do projeto global da área, para a gente fazer a doação daquilo que é de interesse social e ter um tratamento diferente para aquilo que não for interesse social, mesmo que a gente vá fazer.

“Bom, é de interesse da comunidade manter um supermercado”, vamos dizer. Um galpão de carro é menos, mas um supermercado é de interesse? Está bem, então vamos comercializar aquilo, ou seja, dentro de um projeto específico para cada uma das áreas. Esse é o objeto do chamamento, a gente provocar para que venham os projetos e a gente aí analise, com a disposição até de doação ou de transferência do patrimônio de cada uma das áreas.

Você falou a respeito do programa Entidades. Temos a absoluta... E acho que o Simão também citou o programa Entidades. Eu queria juntar aqui a resposta para os dois. Nós temos também a disposição de fazer algum empreendimento do programa Entidades. Vamos dizer que, dentro desse conjunto de ofertas que a população nos demande, ela diga: “Nós gostaríamos de fazer um projeto aqui para construir um edifício e abrir mais áreas livres. Para isso precisaria construir um edifício pelo programa Entidades”.

Estamos absolutamente dispostos a ouvir isso, Jorge, inclusive já fomos demandados por alguma entidade - não vou saber qual foi - com essa ideia de eles coordenarem ali a construção de um edifício, dois ou três, e poder acomodar melhor a comunidade. Nós estamos dispostos a apoiar também essas ideias e os projetos.

Falando sobre o... Eu tento aqui juntar com o que o Simão falou. Você falou muito corretamente, nós temos praticamente 30 mil unidades demandadas pelo Ministério. Essa conversa que eu tive com o ministro e com o pessoal da Caixa Econômica foi especificamente em cima... Uma das conversas foi especificamente em cima disso, desse programa Entidades.

Qual é a nossa disposição? Nós estamos dispostos... Nós temos os nossos critérios de demanda habitacional, como o senhor viu aqui, mas vamos dizer que nós estamos

dispostos a apoiar todos aqueles empreendimentos que, atendendo o nosso critério... E acredito que o critério seja muito próximo daquilo que o governo federal também considera. Não tem nada... Nenhuma novidade aí.

Mas o que nós pleiteamos a eles - e isso está feito formalmente - é que nós pudéssemos fazer o desembolso no decorrer das obras. Por quê? Não é uma chatice ou uma demanda voluntariosa do estado de São Paulo. O que eu disse ao início é o seguinte: “Se vocês ampliarem isso e puderem fazer o dispêndio ao longo das obras, eu consigo apoiar muito mais unidades”.

“Se vocês disserem ‘não, tem que ser na cabeça para botar o dinheiro lá na Caixa’, vai ser um número. Se for ao longo das obras, a gente consegue ampliar essa parceria”. É esse estudo e essa resposta que eles devem nos dar. Acredito que nós vamos conseguir ter essa parceria mais aprofundada de fazer o dispêndio ao longo das obras, aí vamos poder apoiar um número muito mais significativo dessas unidades.

Então existe toda a disposição do Estado de fazer a parceria com o governo federal nessa demanda, que veio do Ministério realmente. A nossa proposta foi de fazê-la o mais amplo possível dentro das possibilidades econômicas, e a gente precisaria desse dispêndio ao longo das obras.

Fizemos isso num empreendimento, o Copa do Povo, que foi feito dessa forma, então nós acreditamos que a gente vá poder fazer similaridade ali nos outros empreendimentos, sem uma garantia, eventualmente, da CDHU. É por isso que nós estamos analisando essa questão.

A questão da CDHU também. Aqui, presidente e deputado, não tem nenhuma crítica à forma da Caixa e tal, simplesmente nós temos uma argumentação que eu acho que é muito válida. É o seguinte, nós realmente estamos querendo fazer uma parceria para 10.000 unidades na CDHU.

Existe essa questão. Vou responder, acho que foi também o Carmo que perguntou aqui, a respeito da CDHU ser fechada ou não. Não existe essa vontade ou essa diretriz do governo fechar. Eu encaminhei do Executivo uma proposta de não fechamento da CDHU, de extinção dessa lei.

O que o governo está fazendo é, como vai ter essa revisão administrativa que está fazendo proposta agora para o final do ano, dentro desse ambiente, a gente já fazer uma coisa só, mas não tem nenhuma diretriz hoje de governo de fechar a CDHU. Nós estamos, inclusive, solicitando a abertura de um concurso para CDHU, um concurso de funcionários.

Nós estamos fortalecendo essas regionais e ligando elas nas regiões metropolitanas. Criamos a parte de Desenvolvimento Urbano dentro da Habitação e criamos uma parte de Desenvolvimento Urbano dentro da própria CDHU, ou seja, absolutamente alinhada com as diretrizes novas do governo.

Então é a demonstração prática e cabal de que não existe nenhum projeto de fechamento da CDHU, inclusive porque nós estamos fazendo uma suplementação orçamentária mensal - e os senhores estão acompanhando aqui - de mais de 110 milhões mensais na CDHU.

Então, é clara a diretriz do governo de não fechamento e, pelo contrário, de fortalecimento tanto da CDHU quanto da pasta da Habitação. Agora, é importante que a gente tenha essa compreensão do governo federal. Inclusive, quando a gente fez esse do Copa do Povo, o governo federal pediu para que a gente desse garantias e que a CDHU desse garantias.

Se essas garantias têm valor ao longo do tempo, quer dizer, existe uma visão do governo federal de que a CDHU não será fechada, porque senão também não adiantaria uma empresa que vai ser fechada dar garantia. Se existe esse crédito à CDHU no sentido da garantia, a gente queria que tivesse o mesmo tratamento quando a gente pede um financiamento.

Mas aqui não estou dizendo o que está certo ou o que está errado, estou dizendo que todas essas coisas estão andando e, na minha avaliação, estão andando muito a contento com o governo federal, para ser muito sincero com o deputado.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Posso complementar a questão da Caixa Econômica?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pois não.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Deputado Simão, surpreende-me que a Caixa tenha informado ao senhor que o problema é o projeto de lei, porque para nós não chegou essa... Nós estamos com um pedido lá, de fato, para tomar dívida, não é para dinheiro a fundo perdido, para dez mil unidades. Não tem resposta. A resposta fico sabendo agora que é por causa de uma lei que é meramente autorizativa.

E me surpreende mais ainda, porque a Caixa Econômica Federal tem amarrada... Toda a carteira da CDHU está 100% vinculada a um contrato do Pró-Moradia, no qual a

gente tem não mais do que 120 milhões de dívidas. Ela não libera as garantias nem para a gente buscar esse dinheiro em outro banco.

Não há meio de a gente convencer a Caixa de que é uma simples operação administrativa de nos liberar. Se tem dificuldade de a Caixa fazer a operação de crédito conosco, de novo, é tomar dívida num Pró-Moradia, que é dinheiro do Fundo de Garantia, não é tão barato assim.

E as garantias que a CDHU pode oferecer para outras instituições é o recebível que ela tem da carteira, mas ela está toda amarrada com a Caixa, o que me impede de buscar outra alternativa também. Se o senhor puder ajudar essa interlocução com a Caixa, vai ser muito bem-vindo.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Sobre o programa Entidades, nós já falamos. A renegociação das prestações da CDHU, também falada aqui por dois deputados...

O SR. REINALDO IAPEQUINO - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pode falar.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Sobre a questão da renegociação...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Presidente, ainda na questão das áreas (Inaudível.), acho que o senhor não falou se a CDHU vai desistir das ações de reintegração de posse?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Não vai desistir. Dentro do ambiente de negociação com as comunidades, se disserem “Olhe, o projeto está aqui e foi aprovado”, nós vamos lá e vamos desistir da renegociação. Mas o que eu quero dizer é o seguinte, nós não estamos assumindo um compromisso de que nós vamos abrir mão das reintegrações, precisa estar dentro de um projeto que atenda a comunidade. Está certo? Então é caso a caso.

O SR. REINALDO IAPEQUINO - Nessas áreas também, deputado do Carmo, a gente precisa ver aquilo que é área de risco - porque nem tudo vai dar para regularizar - e

tem de ver aquilo que é área não de interesse social, e sim de interesse específico, na mesma linha do que eu respondi para o deputado Donato. Então, esse trabalho vai ser feito.

O secretário já respondeu que a área é um ativo que pode entrar assim a fundo perdido na regularização e na legitimação fundiária, mas como bem disse o secretário, a gente vai fazer isso projeto a projeto. E o senhor perguntou aqui, aproveitando, sobre como vão se dar esses investimentos.

Justamente, essas comunidades têm que trazer o plano de negócio, porque aí ele pode se emparceirar com quem quiser, seja com entidades que fazem ou escritórios de arquitetura e empresas. Os moradores são quem tem a liberdade de trazer os seus parceiros para apresentar os projetos, e dali a gente discutir questões de custo e questões de como serão financiados os investimentos, os quais poderão ter emendas parlamentares e contar com recursos de outros entes federativos também.

Falando a respeito das prestações, neste ano eleitoral a gente não pode... A CDHU é uma empresa que não pode... Ela obedece a alguns regramentos, então a gente não pode conceder benefícios em eleitoral, não preciso aqui explicar isso para os senhores. Mas a gente vem estudando, sim, formas de melhorar um pouco essa questão da administração da carteira e dos contratos de gaveta.

E a coisa não é tão simples assim. Muitas vezes, você chega e tem lá uma pessoa que é um inquilino, e a gente não pode simplesmente fazer uma legitimação em nome de um inquilino quando tem um proprietário. Às vezes, já quitou, mas é quase que caso a caso e a gente tem de ver isso.

A gente reconhece que tem alguns contratos de alguns conjuntos habitacionais que têm um desequilíbrio na relação entre renda das famílias e prestação. A CDHU adotou um modelo no passado, do qual hoje começa a se revelar esses problemas que aparecem. Havia uma expectativa de que haveria melhorias na economia e a renda das famílias iria melhorar, o que não aconteceu de verdade. As prestações, portanto, acabaram sendo reajustadas em níveis superiores ao da própria inflação.

Então nós pretendemos, sim, acabado o ano eleitoral, trazer uma discussão sobre isso. Tecnicamente, nós estamos trabalhando muito empenhados. Eu recebo muita reclamação legítima sobre isso, então a gente está trabalhando, sim. Assim que a gente tiver concluído esses estudos, passado o período eleitoral, a gente vai poder trazer essa...

E nós estamos falando aqui a respeito de 280 mil mutuários. Eu tenho a Lei de Responsabilidade Fiscal, então eu não posso abrir mão de receita. A gente vai ter que

fazer um entendimento de como trabalhar adequadamente essa questão. Tem uma preocupação muito grande nossa. Não há interesse algum da CDHU retomar os imóveis, a gente quer, sim, encontrar fórmulas de melhorar e dar novas oportunidades para esse pessoal conseguir pagar as prestações.

O senhor falou sobre Hortolândia, e eu queria deixar... Hortolândia é um caso que não é tão simples, deputado do Carmo, porque metade a gente já encontrou ali com contratos de venda feitos. Hoje, com a política de regularização das áreas ocupadas, nós vamos ter que trabalhar um pouco isso. O senhor me pediu uma audiência lá e eu não pude recebê-lo ainda, mas vou fazer assim que possível, o mais breve, para a gente tratar desse aspecto objetivamente. (Pausa.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Simão, só um detalhezinho. Aqui tem que usar uma via de duas mãos. O FAR-FDS tem 8.539 unidades aqui no estado de São Paulo. Nós estamos, você viu aí, com um programa de 67 mil em andamento, 109 mil já em construção, em obras e tal.

Seria muito importante que - e eu acredito que se você pudesse nos ajudaria muito nisso - a gente abreviar realmente essas negociações que nós estamos tendo, para poder soltar um número mais significativo de ações aqui do governo federal. Eu digo de novo, as coisas, eu acredito, estão bem encaminhadas.

Mas eu acho que, se a gente tivesse um esforço mais concentrado ali para não ficar só no prazo, com 30 dias para responder e tal, a gente iria conseguir dar uma resposta até a o que você estava nos demandando aqui, de fazer um programa muito mais significativo do que esse. Nós estamos dispostos a fazer esse... Você nos ajuda?

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Obrigado. O Danilo Campetti vem com esses números, aí ele parece o governador Tarcísio. “Marcelo, mais cem mil. Agora mais 50 mil”. Mas obrigado.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Mas é a convivência com ele. Muito obrigado aí.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Secretário, só um instante. Eu queria só interromper sua resposta para a deputada Ediane poder lhe entregar o documento.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - (Inaudível.)

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Pronto?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Por favor.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Está bem. (Pausa.) O que mais que eu queria? O Bove. Eu queria responder ao Bove duas questões rapidamente. Sobre o programa dos policiais, qual é a nossa expectativa? Você perguntou. A nossa expectativa é a de primeiro a gente poder agilizar esse programa.

Quer dizer, com as cartas de crédito, a gente vai ter muito mais agilidade e atender o policial onde ele quer morar. Porque hoje... Como é a legislação? Até agora, era da seguinte forma: nós temos 4% de unidades habitacionais nos conjuntos da CDHU para ofertar para as policiais. Então, por exemplo, nós não temos... Por sorteio ainda.

Nós não temos nenhum conjunto habitacional no centro da cidade de São Paulo, então se o policial é transferido para o centro da cidade de São Paulo, e nos interessa muito que ele trabalhe no centro da cidade, nós não temos como alocar uma unidade habitacional lá. A partir desse programa, nós passamos a ter como fazer.

Então o policial fica com o interesse de trabalhar nessas zonas centrais das cidades, nas regiões metropolitanas, porque ele vai ter também a condição de comprar o seu imóvel naquela região. Eu acho que a expectativa é não só da gente aumentar o número de atendimentos...

Nos conjuntos, muitas vezes, os policiais não queriam, porque eles ficavam numa cidade pequena enquanto estavam trabalhando em outra, aí a mobilidade ficava difícil, mas também de colocar o policial nessa centralidade, onde nos interessa ter mais policiais atuando. Por exemplo, no centro da cidade.

Você perguntou também a respeito dos prédios públicos. A determinação do governador é a de que a gente analise tudo. A CDHU faz uma análise desses edifícios, onde dá para fazer, e o centro da cidade de São Paulo também é uma... Nesse programa

que teve junto com o Gaeco, que fez um fechamento de muitos imóveis, existem também imóveis do Estado ali.

Nós estamos analisando todos eles. Onde for possível fazer uma habitação, nós vamos adaptar para uma habitação. Onde não for possível realmente, se não tem uma destinação bem utilizada com necessidade, a ideia é a de vender os imóveis para que a gente faça a habitação em outro lugar ou faça os investimentos necessários nas outras políticas públicas que a gente tem seguido.

O que mais eu... A Ediane já saiu. Sobre o aluguel social, ela queria protocolar o documento. Nós já estamos analisando a questão do aluguel social. O Simão Pedro eu já respondi. O Bove eu já respondi. Não sei se faltou alguma coisa do Jorge ou do... Se ficou (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Secretário, ficou... Só para... Eu sei que a reunião...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Queria cumprimentar a deputada Carla, que chegou agora.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Eu queria consignar a presença da deputada Carla Morando.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - A reunião está esvaziando e eu percebi que eu fiquei um tanto prejudicado aí com... Porque eu fiz bastante perguntas e algumas delas foram interrompidas.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Mas eu fiz bastante resposta também.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Mas eu posso... O senhor pode responder depois.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Vamos lá.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Até porque a reunião mesmo já está...

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Queria só assinalar, eu até pedi para o secretário esvaziar um pouquinho as respostas, porque a gente tem que entregar a sala. Foi só isso.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - O que ele não conseguir responder hoje...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Mas junto eu? Tem que esvaziar as minhas respostas por quê? O que eu fiz para merecer isso?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Não, ele vai continuar respondendo, e o que não possível...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - (Inaudível.) Ser petista aqui é um ônus então?

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - E depois passar a palavra para a deputada Carla.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Presidente, só para dizer, faltaram respostas sobre áreas de risco, sobre o Cidade Legal e sobre o Orçamento. Não precisa responder agora se o senhor, em relação ao tempo...

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Vamos lá, rapidamente...

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Mas precisamos de respostas.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Sobre áreas de risco, nós temos um sistema de alerta que foi criado através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. A atribuição de coibir essas construções é do município, mas o que nós entendemos? Muitas vezes, o município não tem os instrumentos necessários para coibir.

Então nós estamos fazendo... Fizemos parcerias com outras secretarias - falei aqui a respeito da Polícia Florestal e de outras instituições - de forma que a gente dê o suporte também para esses municípios. Então, sobre as áreas de risco, nós estamos tratando primeiro... E isso é prevenção. Está certo? Conforme a gente vai vendo que foram ampliadas algumas construções em áreas de risco, a gente já coíbe no momento.

E, sobre aquelas pessoas em áreas de risco - eu citei aqui e não sei se fui claro - nós levantamos... Nós estamos comprando, por exemplo, no litoral, 12 mil unidades que nós estamos acomodando, nós temos mais de 4.000 sendo construídas nas palafitas de Santos. Essa política nós estamos levando para Ferraz de Vasconcelos e nós estamos fazendo na Região Metropolitana de São Paulo.

Então existem os dois caminhos, o primeiro, de a gente eliminar essas áreas de risco onde elas já estão, e o segundo, de ter os alertas e ter as parcerias com os municípios para impedir que existam novas áreas de risco. Não sei se complementei. Sobre a questão do Cidade Legal, o que acontece é que nós ampliamos muitos serviços do Cidade Legal. O governo anterior - o que foi um recorde - entregou cem mil títulos em quatro anos.

Nós já entregamos 107 mil títulos em 22 meses, ou seja, nós começamos a fazer com que a demanda fosse muito maior e o título... É assim: se entregou um título, tem pagamento no cartório. Então, casualmente, em outubro, como o senhor citou aqui, os 30 milhões foram referentes a todos os títulos que nós entregamos. Nós entregamos, nesses dois meses, mais de 20 mil títulos.

Regularização fundiária nos conjuntos da CDHU. Nós já fizemos 55 mil regularizações fundiárias de unidades da CDHU. Acho que em algum momento o senhor perguntou também. Se não foi, desculpe-me, foi o Simão Pedro. Então foram 55 mil regularizações, e ideia é a de que, até o final do governo, a gente regularize todos os conjuntos da CDHU, todas as unidades. Sobre o que faltou, o senhor me perdoe. Faça-me a pergunta lá, porque depois eu escrevo. Eu estou apertado aqui para entregar a sala.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Tem mais algum ponto, meu vice-presidente, por favor?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Não.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Tem mais algum ponto?

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Foi muito “en passant”, não é? Foi muito rápido, assim, e de forma bem genérica para encerrar rápido, mas tudo bem. Eu me sinto contemplado em partes.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Para aquilo que não ficou completo aqui, a gente pode... Se o senhor puder nos receber lá... Está bem?

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - (Inaudível.)

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Então está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com a palavra deputada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Bom, sendo bem rápida, só agradecer. Muito obrigada por estarem aqui, tanto o secretário Marcelo Branco quanto o Reinaldo Iapequino. Mas queria fazer esta fala para agradecer e parabenizar pelo trabalho que vocês têm feito na Secretaria de Habitação e na questão, principalmente, do galpão que nós tínhamos ali em São Bernardo do Campo, que era uma bomba relógio prestes a explodir, com mais de 600 famílias.

Graças a vocês, a gente conseguiu dar um destino correto para todas as famílias, sem nenhum ruído e sem nenhuma briga. Agradecer por isso e também agradecer por todo o trabalho na questão da regularização fundiária na cidade de São Bernardo, que já chega a 50 mil no mandato do Orlando. Então, muito obrigada pelo trabalho de vocês, um trabalho brilhante e vocês estão de parabéns. Nota mil.

O SR. MARCELO CARDINALE BRANCO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Primeiro, a todos os deputados que ainda estão aqui e aos que passarem, a todos os presentes, eu sei o quanto a temática da habitação é importante para toda a população paulistana, mas também para o grupo de eleitorado de cada um de vocês. Eu não poderia...

Primeiro, eu queria pedir desculpas pela pressa. Todos fizeram perguntas, alguns foram respondidos e outros não. Eu quero pedir desculpas a qualquer deputado que se sentiu ofendido, mas eu queria se salientar aqui que eu me senti muito ofendido, e eu queria só explicar o porquê. Eu não me senti ofendido como presidente da Comissão de Habitação e não me senti ofendido como deputado estadual, eu me senti ofendido como alguém que luta diariamente para mudar a realidade dos animais.

E, infelizmente, essa mudança passa também pela mudança da mentalidade das pessoas. Eu sou um deputado que está no seu primeiro mandato, tenho poucos meses de mandato e eu estar hoje na Alesp, ao lado de um deputado como o Dr. Jorge do Carmo, como o deputado Valdomiro, como a deputada Carla Morando ou como o deputado Donato, que tem uma história incrível na Câmara Municipal, isso traz para mim, pelo menos, um orgulho e um senso de responsabilidade muito grande.

A forma como o senhor falou comigo poderia, de fato, me intimidar, como começou a intimidar. A partir do momento que o senhor falou a respeito da causa que eu trato e que eu levo no meu coração, isso caiu por terra, porque eu estou acostumado a brigar com muita gente grande e fazer o que eu tiver que fazer sem medir qualquer consequência para defender a minha causa e salvar uma vida.

Eu já vou passar a palavra, mas gostaria de explicar isso. Então, a partir do momento que isso acontece, eu não meço qualquer nível social para poder defender a minha causa e defender os animais. Queria aqui, por fim, agradecer a Assembleia Legislativa, que desde o meu primeiro dia de mandato muito me ajudou a evoluir a causa animal no estado de São Paulo nos últimos - quase - 18 meses. Muito obrigado por me permitirem falar isso. Com a palavra, deputado.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Sr. Presidente, se o senhor se ofendeu, eu quero pedir desculpas, mas eu quero... Assim, tão importante, para a V. Exa., quanto a causa animal, é importante, para mim, a causa da habitação para as famílias de baixa renda. Só quero que você faça essa comparação.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Sim.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Não se sinta ofendido.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Sem problemas.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Se eu ofendi, lhe peço desculpas, mas é porque aquele momento era um momento crucial para mim, pela minha cidade. Quero dizer, faça essa comparação. A causa animal é importante para Vossa Excelência. Os moradores que mais precisam e mais humildes do estado de São Paulo - em especial da minha cidade - tem o mesmo peso que tem a causa animal para Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Sim.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - E eu também respeito a causa animal, porque quando fui prefeito fiz o maior centro de zoonoses de toda a região de Rio Preto, com 1.500 castrações por mês para controlar, na verdade, a população de cães e gatos de rua. Então nós estamos do mesmo lado.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Sim.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Às vezes, a gente se inflama e sai um pouco do limite, mas peço desculpas. Vossa Excelência merece todo o meu respeito.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Imagine.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Vai continuar tendo e espero que a recíproca seja verdadeira.

O SR. PRESIDENTE - RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Com certeza. Saiba que quem cuida de animal também cuida de gente. A gente segue trabalhando. Queria agradecer a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. E a Comissão de Infraestrutura será no plenário José Bonifácio.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *